

O CONGRESSO VALEU?

AUGUSTO DE FRANCO, ERNESTO GRADELLA, IRMA PASSONI, JOÃO MACHADO, JORGE ALMEIDA, JOSÉ DIRCEU, LUIZ GUSHIKEN, MARKUS SOKOL, NEUZINHA SANTOS, RUI FALCÃO, SANDRA STARLING E VLADIMIR PALMEIRA FALAM DO 1º CONGRESSO NA PÁGINA 5.

O PT é lilás

A resolução que garante um mínimo de 30% de mulheres nas instâncias de direção está na página 4.



Foto Fernanda Es: n

O PT É SOCIALISTA

POR MAIS QUE A GRANDE IMPRENSA QUISESSE, O PT NÃO VIROU SOCIAL DEMOCRATA. CONFIRA AS RESOLUÇÕES SOBRE SOCIALISMO E ESTRATÉGIA NAS PÁGINAS 18 E 19.

A RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA E TÁTICA ESTÁ NA PÁGINA 10.

NÚCLEOS MAIS DINÂMICOS.

RESOLUÇÃO NA PÁGINA 4.

Lula avalia o 1º Congresso

O PT sai de seu 1º Congresso reafirmando o socialismo democrático, mais aberto à sociedade- através dos núcleos com participação de não filiados- e com uma plataforma de lutas que leva o partido de volta às ruas. Na **página 3**, Lula fala das mudanças e dos desafios que aguardam o PT após o Congresso.

Parlamentarismo X presidencialismo

Achei muito importante o debate dos companheiros sobre o sistema de governo, no BN nº 59, principalmente a colocação do companheiro Jorge Almeida: "Pior para o PT, pior para a esquerda".

Acho que a mudança de sistema de governo neste momento de generalizada confusão e falta de descrença do povo, sem ainda termos conquistado mudanças estruturais significativas, vai simplesmente servir para deturpar imediatamente o novo sistema e acentuar a falta de confiança do nosso povo em tudo: havendo a mudança do sistema o povo vai depositar nele suas esperanças. Como o novo sistema- parlamentarismo-, em virtude da situação atual, não trará, imediatamente, profundas mudanças sociais que venham a satisfazer a população, terá novamente o descrédito inten-

so como seqüela, e assim cairá no desprezo, sendo passivo a qualquer atitude política.

A discussão sobre parlamentarismo X presidencialismo está muito superficial, sem aprofundamento do assunto, de forma que o povo possa relacionar os sistemas e optar conscientemente.

Os companheiros petistas deverão delinear o parlamentarismo que querem, distinguindo-o do que se conhece no mundo e que a direita defende. O mesmo deverá ser feito pelos companheiros que defendem o presidencialismo, pois isso facilita a nossa discussão com a sociedade, adiantando o processo de conscientização.

Os companheiros que defendem o parlamentarismo têm suas razões fundamentais, mas acho que a confusão seria maior com sua implantação, que considero precoce para uma sociedade politicamente analfabeta.

Por isso que devemos primeiro conscientizar para depois mudar, mudar depois de termos conquistado alguma mudança estrutural que não permita a perversão do novo siste-

ma. Necessitamos de mudanças como, por exemplo, tornar o Legislativo unicameral, erradicando o Senado burguês, oligárquico e caduco.

Manoel Messias Cruz Novais
Presidente do PT de
Cafarnaum-Ba

Mulheres na direção

Entre as deliberações do 1º Congresso Nacional do PT pelo menos uma questão, dentre todas as outras, continua sendo discutida e causando muita polêmica (no bom sentido). Estou falando da cota mínima de 30% de mulheres nas direções. A proposta não só movimentou o encontro, mas fez com que os militantes fossem obrigados a pensar sem nenhuma indicação de terceiros, ou seja, não foi preciso que a tendência "x" ou "y" decidisse que as pessoas iriam votar contra ou a favor. Positivo!

O que as mulheres do PT pretendem não é simplesmente ocupar cargos de direção. Seria muito rasteiro acreditar que toda proposta se resume nisso. Elas querem discutir, sem preconceito, todos os assuntos que dizem respeito à vida (saúde, emprego, educação, etc).

Com a vitória dos 30% avançamos na construção de uma sociedade socialista, que dê à mulher as mesmas chances dadas aos homens. A liberdade, com toda certeza, não será conquistada por 95% de homens e apenas 5% de mulheres. Caso isso aconteça, não estaremos conquistando, muito menos liberdade, pois esta não está separada de conceitos como justiça e igualdade.

Saudações socialistas

William Aguiar
São Paulo- SP

Pré-Congresso

O resultado do Congresso do PT do Rio de Janeiro não exprime o que pensava a maioria ali presente. É verdade que, foi aprovada uma

tese democraticamente, mas não é verdade que esta seja democrática, pois foi feita por um pequeno grupo e por mais que ela tente, não pode querer ser o fruto de um congresso democrático.

Antes do Congresso foram incentivados debates em todas as instâncias do Partido, núcleos, diretórios, etc. Muita coisa foi mexida, revista e o contato e o crescimento interpessoal e político de todos sem dúvida cresceu.

O Congresso realizou-se nos dias 1, 2 e 3 de novembro, apesar de má localização (UFRJ- Fundão), do mal tempo, do baixo quorum, havia pessoas, algumas vindas de perto outras do interior do estado. Existia uma unanimidade em relação a todos os presentes, estavam ávidos a contribuir com o fruto do Congresso. A grande maioria participou de inúmeros debates e queria dizer o que achava pois acumulava muitas coisas novas. Foi frustrante ver que não houve debate, simplesmente se votou nesta ou naquela tese, e acredito que poucos leram todas as teses para dar um voto consciente. No resto do tempo o que se viu foi conchavos para ver quem ia ou não para o Congresso Nacional do Partido.

Sugiro para o futuro, que antes do Congresso Estadual houvesse o pré-congresso. A plenária seria dividida em grupos com companheiros do interior e da capital, das tendências A,B,C, etc, o mais heterogêneo possível.

Nestes grupos seriam aprofundados os temas do Congresso e elaborado um documento.

Ao final do pré-congresso seria votada a tese base e o documento elaborado nos grupos.

A tese vencedora e o documento elaborado, seriam amplamente divulgados e voltariam para o Congresso Estadual para serem novamente debatidos, aprofundados e votados, tornando-se um documento único e democrático fruto de um grande debate.

Beto Meia Lua
Rio de Janeiro

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 4.400,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

BOLETIM NACIONAL

DEZEMBRO/91 - Nº 60

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones(011)223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação
João Machado

Secretário Adjunto
Markus Sokol

Jornalista Responsável
Cintia Campos -MTb-BA 1394

Colaboradores
Marília Boscheto, Márcio Araújo (Brasília)

Editoração Eletrônica
Caco Bisol

Fotolito e impressão
Artes Gráficas Guarú Ltda.

A cara nova do PT

O PT mudou. Não como queria a grande imprensa-torcida organizada pela "social-democratização" do partido. O PT mudou reafirmando o socialismo democrático que persegue desde sua fundação, conquistando uma maior abertura para a sociedade, através dos núcleos com participação de não-filiados, aprovando uma plataforma de lutas que o leva de volta às ruas. O companheiro Lula, nosso presidente, avalia os resultados do 1º Congresso e afirma: "Estamos nos preparando para assumir o poder".

Foto Fernando Estima



Boletim Nacional- O que muda no PT a partir deste 1º Congresso?

Lula- Muda muita coisa e essa mudança vai precisar de um tempo para que o partido se adapte a ela. Desde a abertura que o partido fez para a sociedade até as novidades na organização partidária. Por exemplo, nós abrimos os nossos núcleos de base para pessoas que não são filiadas ao PT. O PT ganha uma amplitude que ele não tinha até agora. Nós aprovamos uma plataforma de luta que vai fazer com que o partido retorne às ruas, aproveitando inclusive as eleições municipais para transformar as bandeiras aprovadas no congresso em bandeiras de luta da sociedade. Com essa atitude de se abrir para a sociedade, o PT ganha na medida em que está tentando representar diversos setores, não apenas as pessoas que compõem hoje os quadros de filiados do PT. O PT está se preparando efetivamente para um dia assumir o poder nesse país.

BN- Essa abertura também se dá na política de alianças. Como isso refletirá nas eleições de 92?

Lula- Eu acredito que deva refletir bem, se nós soubermos discutir com carinho a questão das alianças. Lógico que nós do PT não defendemos fazer aliança com qualquer partido político nem com qualquer picareta da política brasileira. O que nós queremos são alianças

com os setores de esquerda, com os setores progressistas, com as pessoas sérias que fazem política neste país, porque entendemos que as pessoas que são responsáveis, que são sérias precisam governar as cidades a partir de 92, até porque as eleições de 92 são estratégicas para 1994.

Nós continuamos a privilegiar nossas relações com os partidos de esquerda, mas queremos abrir essas relações para os setores progressistas da sociedade, espero que tenhamos sorte de fazer essas alianças em todas as cidades do Brasil.

BN- O 1º Congresso altera a atuação da nossa bancada federal?

Lula- Nossa atuação no Congresso fica praticamente a mesma, porque o PT tem tido uma atuação parlamentar extraordinária. Nós fazemos alianças no Congresso em cima de projetos de lei, contra vetos, em torno de coisas que interessam ao conjunto da sociedade brasileira, principalmente ao conjunto dos trabalhadores e aposentados. Já fizemos alianças que extrapolaram até o PMDB e isso é normal, pois quando você vota no Congresso Nacional tem que ter em vista não só a questão ideológica como também a quantidade de votos necessária para derrotar as propostas do governo.

Nossa aliança no Congresso Nacional é mais ampla que uma alian-

ça eleitoral. Na questão eleitoral é que o PT precisa tomar cuidado, unindo o ideológico ao pragmático. Onde a gente tiver o PSDB com gente séria, com um partido sério, a gente pode chegar nossa aliança até o PSDB.

BN- O confronto ocorrido entre as correntes durante o 1º Congresso deixa seqüelas no partido?

Lula- Não, porque não vamos privilegiar esse debate dentro do partido. Nós fizemos um Congresso, aprovamos resoluções. Agora é hora não só de divulgar essas resoluções como de tentar implementá-las na sociedade e nas instituições. O papel do PT agora, com as resoluções do 1º Congresso, não é ficar remoendo coisas que já foram aprovadas. É sair para a rua para cumprir as determinações do Congresso.

BN- As resoluções sobre socialismo aprovadas no Congresso alteram a trajetória do PT?

Lula- O PT sempre entendeu que o socialismo que a gente quer construir só terá sentido com base numa luta democrática muito séria, envolvendo o conjunto da sociedade. Portanto, eu acredito que o PT continua sua trajetória de conquistar cada vez mais no fortalecimento da democracia, ganhar o poder municipal, ganhar o poder estadual, e ganhar o poder federal para começar a implantar reformas que levem

a sociedade brasileira a ser uma sociedade socialista.

BN- A Folha de S. Paulo acha que o PT agora é social-democrata...

Lula- Isso é o que a Folha acha. O jornal criou um congresso que não foi o nosso. No PT, nós temos consciência que num país do Terceiro Mundo, no Brasil, é completamente impossível você querer usar a social-democracia como objetivo, porque a social-democracia é resultado de um estágio de desenvolvimento acontecido na Europa. O PT não é um partido social-democrata. O PT é um partido socialista. Definimos claramente que o nosso socialismo será um socialismo democrático, pluralista, com direito de greve, com liberdade de organização sindical. Ninguém disse que socialismo significava ditadura, partido único, sindicato único. Para nós do PT socialismo é sinônimo de democracia, da mesma forma que democracia é sinônimo de socialismo. É preciso que haja uma combinação entre os dois.

Obviamente que pode haver companheiros que não concordem com isso e que queiram ainda continuar ortodoxos. Mas essas pessoas ou se acostumam ao PT ou vão ter que procurar outro guarda-chuva.

BN- O 1º Congresso armou o PT para o desafio de voltar às ruas? Que contribuição o Governo Paralelo pode dar no sentido de oferecer alternativas ao governo Collor?

Lula- Nunca na história do Brasil alguém apresentou tantas alternativas quanto o Governo Paralelo. Eu estou fazendo política há mais de 20 anos e essa é a primeira vez que vejo um partido político, através de um governo paralelo, apresentar projetos alternativos- políticas alternativas- para saúde, educação, Amazônia, para o Nordeste, para a política agrícola, reforma agrária, segurança alimentar, desenvolvimento industrial. Ou seja, acho que o único segmento social que hoje tem políticas alternativas para apresentar é o Governo Paralelo.

Quanto ao Congresso, nós aprovamos uma plataforma de lutas que dá ao PT condições plenas de sair para a rua tentando sensibilizar a sociedade de que é necessário lutar, que é urgente recuperar o poder aquisitivo e a qualidade de vida do nosso povo. Nesse sentido, nosso 1º Congresso aprovou coisas importantíssimas.

1º CONGRESSO NACIONAL DO PT

Núcleos mais dinâmicos e abertos à sociedade

“Onze anos de construção partidária já demonstraram que os simpatizantes e filiados se aproximam do partido quando compreendem os objetivos do PT, o que está em jogo e o que eles podem fazer pelo partido. É isso que explica a grande afluência de petistas durante as disputas eleitorais: é visível para todos o que está em questão, quais os adversários, o que cada um pode fazer pelo PT. Por isso mesmo, a organização da base partidária passa pela adoção de uma política permanente de intervenção do PT nas disputas cotidianas em nossa sociedade.

São considerados núcleos quaisquer agrupamentos de, pelo menos, nove petistas (sejam organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins- tais como grupos temáticos-, clubes de discussão, círculos de estudo, etc.). Os núcleos são abertos à participação de pessoas não filiadas ao PT, mas só podem se fazer representar nas instâncias dirigentes e de deliberação do partido através de filiados ao PT.

MULHERES NA DIREÇÃO

30% é só o começo



Foto Fernanda Estima

A construção da plena participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, o que implica no estabelecimento de propostas de ação afirmativa, isto é, propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de participação política e decisão. Isto requer investimento na formação política das militantes mulheres, incentivo à auto-organização das mulheres, criar condições para a participação das mulheres, etc. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Neste sentido:

Na composição das direções municipais, estaduais e nacional do partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT.

Disposição transitória:

Considerando-se a realidade diferenciada do partido nos diversos níveis, municipal e estadual, as direções partidárias poderão, como alternativa, compor as direções tendo como referência mínima a proporção da presença de mulheres no respectivo Encontro. Neste caso, a composição da chapa final de delegados ao Encontro de nível superior obedecerá o mesmo critério.

Parágrafo único: Esta medida deverá ser aplicada na eleição de dois mandatos subsequentes ao 1º Congresso e ser submetida a avaliação.

Direito de tendência

Uma das decisões que mais polarizaram o 1º Congresso foi o direito de tendência. O plenário esteve dividido, principalmente, entre os que defendiam a proposta mais restritiva- o texto base da tese da Articulação- e os que defenderam a emenda finalmente aprovada.

A favor da tese-base da Articulação votaram 441 delegados- parte da Articulação e quase todos os delegados da tese “Um Projeto para o Brasil”.

A favor da emenda vencedora votaram parte da Articulação, os delegados que apoiaram a Tese 9 (“Um Rumo Revolucionário para o PT”) e a maioria dos que apoiaram a Tese 10 (“Por um PT Socialista e Revolucionário”). No total, 466 delegados.

Houve cerca de 150 abstenções- dos que defendiam uma terceira proposta.

A emenda aprovada foi proposta inicialmente pela Articulação, e depois discutida e modificada em discussões com representantes da Tese 9, da maioria da Tese 10 e de “Um Projeto para o Brasil”.

Essa emenda defende o direito de tendência como permanente, mas entende que as tendências não podem definir-se como permanentes (pois estariam se colocando como tão estratégicas como o partido). Garante que as tendências possam organizar-se para defender suas posições **no interior do partido**, mas exclui seu funcionamento como frações públicas, organizando seus apoiadores para intervir nos movimentos sociais e na conjuntura.

Tudo isso faz parte de um esforço para que haja direito de tendência, mas não **obrigação de tendência**; para que os filiados não pertencentes a tendências não tenham menos condições de participar do partido; para que o centro da vida partidária esteja nos espaços do partido, não nos espaços das tendências. Com isso, o PT poderá se fortalecer como partido democrático, plural e, por outro lado, um partido real e não uma federação de frações.

São Bernardo do Campo, 27 de novembro de 1991.

Os 1.101 delegados ao 1º Congresso do PT chegaram ao Pavilhão Vera Cruz trazendo de seus estados o acúmulo de quase um ano de debates, seminários, esperanças e apreensões. O socialismo- o nosso socialismo- uma nova estrutura partidária e os desafios da conjuntura aguardavam delegados e observadores, representantes não só dos cerca de 700 mil filiados do PT, mas também dos setores que vêm no partido o seu partido. Encerrado o Congresso, o BN publica algumas avaliações que ajudam a contar a história de um processo rico, plural e democrático. Com a palavra Augusto de Franco, Ernesto Gradella, Irma Passoni, João Machado, Jorge Almeida, José Dirceu, Luiz Gushiken, Markus Sokol, Neuzinha Santos, Rui Falcão, Sandra Starling e Vladimir Palmeira.

O PT saiu melhor



Foto Roberto Parizoffi

A primeira coisa muito positiva no 1º Congresso foi a aprovação da quota de 30%, no mínimo, de mulheres nas direções. A segunda é o fato de que as definições aprovadas mantêm e aprofundam o caráter do PT como partido de classe, socialista, democrático, que busca ser o dirigente político dos explorados e oprimidos. Foram derrotadas propostas de alterar o caráter do PT, transformando-o em "partido de interlocução" ou "de opinião", e diluindo ademais o seu caráter de classe. Foi reforçado o caráter revolucionário do socialismo do PT.

Estas posições ganharam pelos acordos alcançados entre os proponentes de várias teses em muitas questões, principalmente entre grande parte dos delegados identificados com a tese-guia (da Articulação) e as teses 9 e 10 ("Um rumo revolucionário para o PT" e "Por um PT Socialista e Revolucionário"). Foi positiva a negociação de emendas, debatidas nas plenárias das várias teses, portanto de forma transparente. Com isto foram alcançadas formulações de muito maior acordo no partido. Este processo pode continuar após o Congresso.

Mas há também duas coisas muito negativas a apontar. Uma, o curso sectário seguido pelos companheiros da Convergência Socialista e outros setores, que desde o início da preparação do Congresso vinham atribuindo ao PT uma linha social-democrata, e que elaboraram uma "tática" (?) de "unir a esquerda

do PT" para ter 40% dos delegados. Não ficava muito claro para quê. Para denunciar com mais força a social-democratização do partido?

Esta "tática", além de baseada numa avaliação incorreta e de ser uma tática para perder no Congresso (pois 40% Não é maioria) conduz evidentemente à auto-marginalização. Este risco se acentua pela vontade dos companheiros da CS de funcionarem como uma fração pública e por sua recusa em apostar na construção do PT.

A segunda coisa muito negativa foi o fato de que órgãos da grande imprensa, como a **Folha de S. Paulo** e o **Jornal da Tarde**, buscaram pressionar o partido, distorcer o que ocorria, disputar posições enfim no interior do PT, principalmente depois dos Encontros Estaduais, durante os dias mesmos do Congresso e nas "avaliações" posteriores. Foi inventado um outro Congresso.

Este é o papel da imprensa conservadora. Mas o pior foi que estes órgãos contaram com a colaboração ativa de companheiros como os deputados José Genoíno, Eduardo Jorge e Paulo Delgado, que Não agiram com a responsabilidade e a ética que devemos exigir dos nossos porta-vozes públicos. Por exemplo, é lamentável que os companheiros tenham, como maus perdedores, procurado desqualificar os Encontros Estaduais dizendo que foram dominados por "funcionários do partido". Aliás, a pesquisa sobre o perfil dos delegados mostrou que os parlamentares, assessores e ocupantes de cargos nas administrações representaram uma porcentagem bem maior do que a de militantes e dirigentes profissionalizados pelo PT.

Seria muito bom que evitássemos estas atitudes, para Não termos de passar mais por constrangimentos como o de ver os muito conservadores **Jornal da Tarde** e **Folha de S. Paulo** apoiarem até em editoriais as posições internas do PT tidas como "modernas".

Mas os aspectos positivos do Congresso predominaram amplamente. Se o PT não resolveu todos os seus problemas, longe disso, está agora em melhor posição para enfrentá-los.

João Machado
Secretário Nacional de
Imprensa e Comunicação

A força do PT

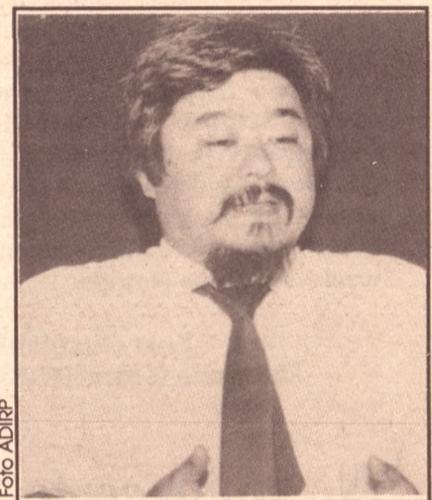


Foto ADIRP

O 1º Congresso do PT se constituiu em um marco da história do partido, cujos efeitos se farão sentir por um longo período e demandarão algum prazo para a absorção de suas deliberações pelo conjunto da militância.

Ele foi revelador de uma grande vitalidade e palco de disputas democráticas, sem nenhum tipo de filtro, o que confirma o caráter inovador do PT e sua capacidade de se superar.

No que diz respeito à organização há que se reconhecer as deficiências que marcaram o congresso. Mas é também necessário que se ressalte a vontade e a determinação da direção e da base partidária que tudo fizeram para superar obstáculos econômicos colocados pela crise e pelo empobrecimento dos trabalhadores, que enfrentaram com tranquilidade as distâncias e o desconforto.

A presença de numerosas delegações estrangeiras confirmou o prestígio internacional do PT. Destaque para os representantes do MAPAM, israelense, e da OLP, palestina, que patrocinaram um momento de emoção ao congresso, quando defenderam o reconhecimento do Estado de Israel e o direito do povo palestino de construir seu Estado e, em seguida, abraçaram o companheiro Lula.

Sobre a questão do socialismo, o partido reafirmou sua heterodoxia originária, avançou no sentido de reconhecer uma nova situação internacional e de remover conceitos obsoletos que, disfarçadamente, procuravam sobreviver em zonas

de sombras da memória partidária.

A regulamentação do direito de tendência avançou no sentido de diferenciar o que é tendência e corrente de opinião do que é fração, embrião de outro partido, que pratica um entrismo ultrapassado e oportunista.

A tática adotada pelo congresso recusa o esquerdismo aventureiro, mas assegura que o PT se mantém como vanguarda da oposição democrática e popular ao governo Collor, sempre através da mobilização do povo. Por todas essas razões, considero que o 1º Congresso do PT foi um sucesso e preparou o partido para enfrentar com eficácia o próximo período.

Luiz Gushiken
Deputado federal PT-SP

No rumo certo



Foto: Marcos Ramos

O 1º Congresso do PT decidiu no rumo certo. Em primeiro lugar, aprovou um socialismo democrático e auto-gestionário, rompendo com os padrões mais ortodoxos de visão do socialismo. Em segundo lugar, reafirmou a necessidade da revolução, compreendeu que a hegemonia e ruptura são elementos de um processo transformador da sociedade, colocando-se não a oposição entre hegemonia e ruptura, mas complementaridade. Em terceiro lugar, teve uma visão correta da conjuntura, analisando, com razão, a situação de força, as relações de classes e, ao mesmo tempo, todo o sentimento de oposição ao governo, embora tenha sido algo esquerdista na tática. Finalmente, e essa é uma questão essencial, aprovou a concepção de que o PT tem que ir para as ruas, que não podemos nos caracterizar, simplesmente, como um partido institucional. A tática do PT tem que ter como elemento

central sua intervenção no movimento social, sua política de rua. Não podemos nos limitar ao âmbito do parlamento. Isto foi decisivo.

No entanto, não se pode dizer que o partido tenha resolvido todas as questões com radicalidade. Em primeiro lugar, na questão da tática, houve uma proposta de conciliação em que se aceitou, como saída tática, a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo desde que com a realização de eleições gerais. Essa posição é uma posição incorreta. Ela não abrange a realidade da correlação de forças, ainda muito desfavoráveis aos trabalhadores, e tende a virar uma mera figura de retórica, ou então, um voto envergonhado na antecipação do plebiscito golpista, simplesmente através do próprio parlamento e sem nenhuma renovação dos seus quadros.

Em segundo lugar, as resoluções do Congresso não golpearam tanto as tendências como deveriam. A resolução aprovada, também uma resolução de conciliação, ainda mantém uma ampla liberdade para que as tendências se desenvolvam fora de períodos de congresso. A nosso ver, deveria ter havido uma definição mais rigorosa, permitindo às tendências que se organizassem somente em época de realização de congressos nacionais.

Finalmente, houve um certo questionamento da própria forma do Congresso. Tenho a impressão de que os congressos do PT começam a ser, cada vez mais, congressos de deliberação. Grandes acontecimentos políticos onde se consagram as correlações de forças que já estão dadas. Neste sentido, deveríamos assumir nosso Congresso como um encontro deliberativo antes que uma discussão entre delegados de diferentes estados. E deveríamos patrocinar, todos os anos, a realização de seminários sobre temas específicos, em que não houvesse sequer necessidade de votar resoluções, para, em primeiro lugar, aprofundar discussões necessárias ao PT, e, segundo, favorecer o intercâmbio de maneiras de pensar e de contribuições políticas entre os companheiros de diversos estados do Brasil.

No geral, o Congresso foi um congresso de razoável para bom. Reafirmou a visão geral que tínhamos do partido e nos colocou na época, na altura do século em que vivemos, na altura da década em que vivemos, na altura dos desafios históricos que temos pela frente.

Vladimir Palmeira
Deputado federal PT-RJ

O PT Depois do Congresso



Foto: Paulo Torraca

O que o PT tem a dizer para o Brasil, no momento de uma grave crise econômica institucional, e sobre o socialismo pós muro de Berlim? Essas foram algumas das questões que os militantes, simpatizantes do PT e as forças progressistas em geral esperaram do nosso I Congresso.

Para a sociedade, o Congresso respondeu reafirmando um socialismo democrático, pluralista e humanista. Condenou definitivamente antigos dogmas de esquerda "tradicional" como a "ditadura do proletariado" e o conceito de revolução reduzido à idéia de tomada de poder através da luta armada. Na aprovação da emenda à tese-guia, a esse respeito, foi fundamental a aliança entre a Articulação e o Projeto para o Brasil (PPB).

Nas questões mais internas ao Partido, vale destacar duas resoluções. A garantia de participação de um mínimo de 30% de mulheres nas instâncias diretivas do Partido mostrou, antes de mais nada, a superação de uma visão meramente economicista da construção do socialismo. Afirmou-se, com isso, que as relações humanas são complexas e multifacetadas; e que são necessários mecanismos institucionais para compensar desigualdades oriundas das relações de dominação vigente. O segundo ponto, o mais polêmico do Congresso, foi a questão sobre o direito de tendência. Numa votação extremamente apertada, a emenda que permite "escritório, mas não sede; boletins, mas não jornais..." venceu o texto da tese guia que definia as tendências como corrente de opinião sem caráter permanente. Nessa votação a Articulação se di-

vidiu em dois grupos: um que com a DS, Força Socialista, MTM, e outros pequenos grupos votou a favor da emenda; e outro que com PPB votou pela tese guia. Na última votação polêmica, sobre Conjuntura Nacional, tivemos uma terceira configuração de alianças. Contra a proposta "Fora Collor", aliou-se a Articulação, PPB e a DS contra outros grupos.

Qual é o PT que sai do Congresso? Que cara terá o PT amanhã? Será a da aliança da Articulação com PPB, em busca de idéias mais renovadoras? Ou será a da Articulação com setores de concepções de esquerda tradicional (como DS, FS, MTM...)? Ou será, ainda, a última configuração que tem como o centro a Articulação oscilando entre PPB e a DS?

Para a sociedade, o PT se apresentou como um partido maduro, de idéias renovadas, e capaz de ser uma alternativa real de poder. A nível interno, entretanto, resta-nos o desafio de construirmos um partido com uma identidade mais consistente, que vá para além das alianças tradicionais entre tendências que em nome da unidade navega em ambiguidades e indefinições

Irma Passoni
Deputada Federal PT-SP

Retrocesso político



Foto ADIRP

A grande imprensa deste país tem comemorado os resultados do Congresso do PT como um grande resultado no sentido de dar coerência ao Partido. Nós consideramos que os trabalhadores não têm motivo para comemorar. Na verdade, o Congresso significou um profundo retrocesso político.

O PT classista, socialista, democrático foi arrasado neste Congresso. As principais resoluções adotadas

descaracterizaram totalmente o Partido. Ao contrário de toda a trajetória anterior de independência de classe, o Congresso aprovou a política de alianças com as chamadas forças democráticas e progressistas, ou seja, aos Colares, Brizola, Fleury e Covas, que cada vez mais fazem o jogo do Governo Collor.

O Congresso recusou a adoção da bandeira de "Fora Collor", ficando atrás do sentimento de milhões de trabalhadores que vêm neste Governo o principal obstáculo para suas lutas e reivindicações. Com isso o PT aceita o calendário eleitoral, e diz aos milhões que estão morrendo de fome que aguardem as eleições de 94 e deixa as lutas econômicas dispersas, sem nenhuma perspectiva política.

Do ponto de vista estratégico, o Congresso abandonou a perspectiva de luta pelo socialismo, considerando a democracia burguesa como valor universal. Isto significa que o Partido deve se contentar em lutar para introduzir pequenas reformas no atual sistema, sem lutar para que os trabalhadores assumam a direção do poder do país. Significa respeitar esta democracia de ricos, onde o poder, as riquezas e as instituições, incluindo muito especialmente o Congresso Nacional, está nas mãos de uma pequena minoria de privilegiados que vivem às custas de milhões de miseráveis. Por inspiração de maioria dos delegados no Congresso - que não representam o conjunto dos petistas de base - foi imposta a concepção de que o socialismo implica a existência da propriedade privada e do mercado. Para isto se esconde na argumentação de que só os setores estratégicos seriam necessariamente estatais, sem ao menos definir quais seriam estes setores. É a clássica posição da social-democracia que administra fielmente os estados capitalistas como França, Espanha e Venezuela, como aliás as prefeituras petistas já vêm fazendo há vários anos.

O PT se construiu na luta contra o imperialismo americano, na luta contra a dívida externa, contra a agressão a Cuba e Nicarágua e em solidariedade a todos os povos que, como os palestinos, lutam contra a dominação imperialista.

A maioria do Congresso aceitou a presença do vice-consul americano em nome de que necessariamente teríamos que negociar com o governo americano! O representante dos assassinos do Vietnã, da Guerra do Golfo, dos agressores da Nicarágua, os gendarmes do mundo num Congresso do PT!

Ao mesmo tempo que liquida as bandeiras que fizeram o PT grande, um gravíssimo atentado foi cometido contra a democracia interna do Partido. A fração majoritária, na pior tradição stalinista, quer impor a supressão das correntes opositoras. Enquanto os dirigentes da ala direita têm a imprensa, o Parlamento e o aparato do Partido à sua disposição, tentam colocar uma mor-

daça na ala esquerda, proibindo a publicação de jornais públicos, para poder se abraçar com os dirigentes burgueses e garantir a governabilidade de Collor.

Isto significa que o Partido adota as teses social-democratas e impõe as formas stalinistas de organização, suprimindo a democracia interna, para calar sua ala revolucionária. Este Congresso esteve muito longe das bases petistas. As plenárias prévias e o próprio Congresso foram esvaziados, pois a base petista, os lutadores que constituíram este país estão desmoralizados pela linha conciliadora imposta pela direção e sacramentada pelo Congresso.

Nós que pertencemos a uma das correntes internas do PT, a **Convergência Socialista**, anunciamos que seguimos, na base petista, nossa luta contra estas decisões políticas e organizativas que desfiguram o PT. Sabemos que esta luta é decisiva para os trabalhadores do país e nos dirigimos às centenas de milhares de ativistas petistas, aos dirigentes sindicais, aos lutadores para nos organizarmos para lutar contra o retrocesso que está sendo imposto ao Partido que fundamos, que custou muita luta e sacrifício construir, inclusive mortos como Chico Mendes e tantos outros companheiros.

Ernesto Gradella
Deputado Federal PT-SP

Venceu o PT classista

Eu não fui ao congresso que definiu o PT como social-democrata e que diluiu o caráter classista do partido. Esse foi o congresso divulgado pela grande imprensa, não o 1º Congresso vivenciado por mim e tantos outros companheiros(as) delegados(as). O Congresso real reafirmou o partido como socialista e classista.

Uma questão crucial não foi debatida no 1º Congresso: a relação do PT com a institucionalidade. Como o partido deve disputar a institucionalidade sem se descolar dos movimentos sociais? O que na prática se tem verificado. Como disputar a institucionalidade sem se restringir a esta como campo privilegiado de luta? Como participar da institucionalidade sem gerar "elites burocráticas" que possam dominar a máquina partidária e desenhar o rosto do PT? O Congresso não se deteve nes-

sas questões e isso é sério, vistos os rumos que o partido pode tomar.

Quanto à relação do partido com os movimentos sociais, o Congresso respondeu teoricamente com a reafirmação do compromisso com o socialismo e a consequente opção classista, mas não definiu os despossuídos como gestores da transformação social, o que representa a resistência em ver esse setor como capaz de construir uma nova sociedade. Fica para nós essa pendência entre a opção classista e a definição dos sujeitos da transformação social.

É preocupante também a ausência no Congresso dos jovens, dos negros, dos trabalhadores rurais, dos sub-empregados, dos analfabetos e semi-analfabetos. Esses foram minorias entre os delegados - vide pesquisa "Perfil dos delegados".

Importante a política de discriminação positiva que facilita a participação das mulheres nas direções partidárias, um passo fundamental para enfrentar a discriminação de gênero. Preocupante também foi o Congresso não ter apresentado alternativas à crise conjuntural dentro de táticas articuladas ao objetivo estratégico. Os setores populares esperam de nós resposta clara nesse sentido, não só a afirmação de respeito a uma legalidade questionável.

Finalmente, é preciso dizer que o PT é maior que o seu 1º Congresso e poderá superar na prática as lacunas que ele deixou.

Neuzinha Santos
Vereadora PT-Belo Horizonte (MG) e Membro do DN-PT

Socialista como antes

Proveitoso e animador para a militância, simpático para a opinião pública, o 1º Congresso reafirmou a tradição socialista do PT, numa linha de continuidade com sua origem rebelde e libertária. Não houve rupturas, nem tampouco refundação - um fantasma que assustava

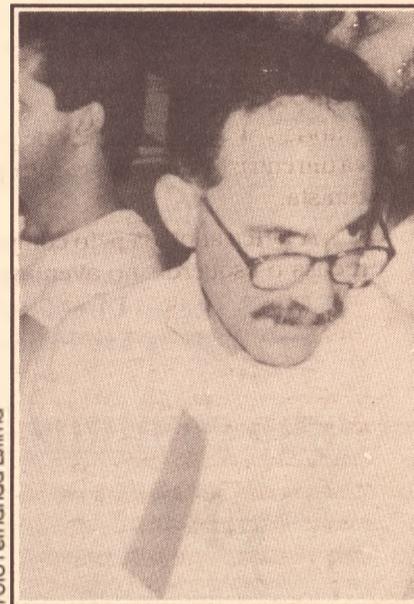


Foto Fernanda Estima

setores minoritários.

Ao contrário do que vem proclamando a grande imprensa, o PT não virou social-democrata: o partido concluiu seu 1º Congresso tão socialista, tão anticapitalista quanto o iniciara. A resolução final afastou os riscos de esquerdismo-materializados na palavra de ordem "Fora, Collor" -, bem como não permitiu que se impusessem "inovações" direitistas.

Foram repelidas as propostas de diluir o partido como apenas mais um entre os agentes sociais transformadores; foram batidas as idéias que desfiguravam o perfil classista do PT, pretendendo atribuir seu papel de representação de interesses da classe trabalhadora a um estreito sindicalismo corporativo. Do mesmo modo, a noção de "partido de interlocução", contraposta à concepção de partido dirigente, democrático, pluralista e com vocação para a disputa de poder na sociedade, não chegou a sensibilizar, recolhendo-se ao pequeno grupo de formuladores desta tese apresentada como original.

Aos que, impressionados com o IV Concut, destilavam pessimismo e anteviam um clima de baixo astral, o 1º Congresso também surpreendeu. Conforme Lula assinalou, o PT saiu inteiro, revigorado pelo debate e pronto para enfrentar os desafios da conjuntura. O recado às tendências e frações não foi, como muitos quiseram entender, um ultimato para deixarem o partido. Ao contrário, foi um convite para permanecerem, desde que aceitando as regras de convivência democrática e se pautando pela unidade de ação partidária.

Faltou tempo para os delegados se debruçarem mais sobre o Brasil real. Mas foi importante ter-se firmado a convicção de que isto era o

gresso: a consagração da emenda dos 30% para a participação de mulheres nas instâncias dirigentes-uma sintonia fina do PT com a prática de novos temas. Esperamos que, por analogia, o princípio se estenda à composição das chapas de candidatos ao parlamento.

Rui Falcão
Presidente do Diretório
Municipal de São Paulo

Como continua o PT

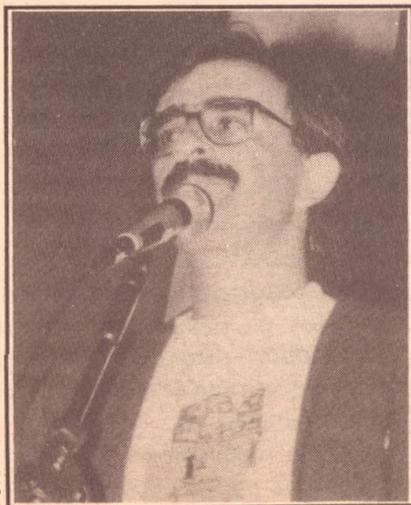


Foto Fernanda Estima

Identificação do marxismo com o stalinismo e elogios ao mercado socialmente regulado; condenação da ditadura do proletariado e restrição ao direito de tendência; nenhuma ação por Cuba e intocabilidade do mandato de Collor. Essas foram algumas das decisões do Congresso do PT.

Para certos ouvidos era música. "Saudável evolução", "O PT melhorou": foi com esse confete que reagiu a grande imprensa, que tinha lá suas razões. Mas ninguém deve se enganar quanto ao fundo. Afinal, o que foi mesmo resolvido neste Congresso?

Todos sabemos o que os seus inspiradores queriam: "Refundar o PT", como disseram, liberto da trajetória classista independente, do controle da base, aberto aos não-filiados e com clubes de discussão no lugar de núcleos; queriam interditar o direito de tendência, um "partido de uma única tendência", escreveram; queriam que o PT descesse ao fundo dos infernos para reinventar um socialismo, "pós-marxista", enfatizaram; queriam resumir a luta do partido a um grandiloquente Projeto Alternativo para o Brasil, o qual nunca se soube alternativo ao quê ele era, pois pare-

cia que o governo Collor o aplicaria.

Mas como todos sabem, rigorosamente nada disso foi decidido. O PT não acabou neste congresso, como alguns eufóricos queriam e outros inconformados já admitiam. Mas o PT saiu mais golpeado e atordoado do que entrou. O que já é suficientemente grave, com a crise do governo Collor exigindo uma resposta que o Congresso não deu.

Mas a última palavra que ainda não foi dada é a base quem vai dar. Essa base que está bem mais próxima do povo em que, segundo as pesquisas, dois terços querem Collor fora do governo, enquanto nesse 1º Congresso dois terços dos delegados juravam respeito ao mandato presidencial. (É bem verdade, segundo outras pesquisas, que 40% deles eram funcionários do partido, parlamentares ou prefeitos, sem contar os funcionários sindicais).

É aquela base quem vai julgar os dirigentes da Articulação que três semanas antes asseguravam que "Com Collor não há saída" (resolução do Congresso Estadual de São Paulo) mas no 1º Congresso resolveram ficar em silêncio justo quando o governo anuncia um "ajuste brutal" nos próximos meses devido ao acordo com o FMI. A Articulação dividida e tensionada não se fortaleceu no Congresso. Muito menos a DS que fez o contrário do que anunciou: ao invés de ajudar a dita esquerda da articulação a avançar, ajudou foi a cúpula da Articulação a fechar o acordo com a direita para golpear contra o Fora Collor.

A base, enfim, vai julgar todos nós e decidir se está bom assim, com essa maioria na direção e todos os funcionários da Embaixada Americana assistindo nossas reuniões, ou se, como penso eu, é preciso uma nova maioria na direção para resgatar o classismo e a independência do PT.

Markus Sokol
Membro da Executiva Nacional do
PT

O Congresso da cidadania

Muita gente pergunta sobre o Congresso do PT, e a maioria fala do Congresso do PT. Em geral, as pessoas estão gratamente surpreendidas com as resoluções e decisões políticas do 1º Congresso. Dizem e sentem que o PT mudou para melhor.

Esta resposta da sociedade ao Congresso do PT explica-se por várias ra-

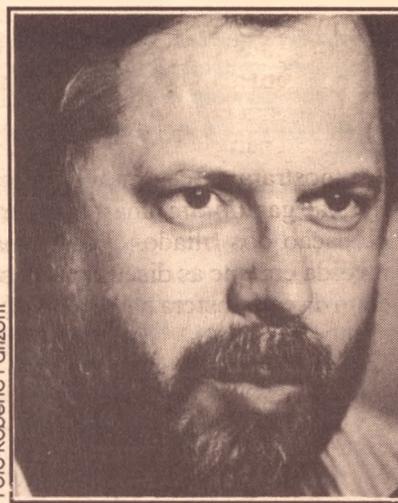


Foto Roberto Parizotti

zões. Primeiramente, ficou evidente a democracia e a transparência do PT; mais do que isso, a publicidade e a forma aberta do PT tomar decisões. A sociedade entendeu que, no governo, o PT vai radicalizar esta postura de não esconder e não mentir para a sociedade sobre suas decisões e propostas.

Em segundo lugar, a sociedade confirmou sua expectativa- que vem da fundação do PT- de que somos um partido democrático, não apenas pela pluralidade interna, pelo debate constante, pelas tendências e correntes internas, mas pela forma de eleger delegados e tomar decisões no Congresso. É verdade que temos problemas de como fazer o debate e envolver a militância e os filiados nas decisões, mas não há termo de comparação com os partidos velhos e novos que atuam no cenário político e na sociedade brasileira; somos o mais democrático.

Em terceiro lugar, a sociedade e a maioria dos petistas saudaram, principalmente, as decisões do 1º Congresso, que abrem amplas possibilidades de podermos dar ao PT uma organização e formas de direção mais democráticas e compatíveis com nossas novas tarefas num Brasil e num mundo em rápidas mudanças. O desafio é mobilizar e organizar a sociedade civil, democratizando o país; construir um partido democrático, socialista, para governar, como, aliás, já fazemos.

O novo PT tem que ter organismos, espaços de discussão e decisão, e direção para essas tarefas. Logo, tem que se modernizar, se informatizar e se profissionalizar, sem deixar de ser de massas, de luta e democrático. As resoluções do 1º Congresso foram exatamente neste sentido.

A decisão sobre as tendências põe fim à era das frações e dos partidos dentro do PT, e permite que elas existam sem sufocar os militantes, as instâncias e a democracia interna. Não há conciliação nem acordo nesse ponto: ou a CS e O Trabalho se adaptam ou assumem a condição de partidos e vão para disputa na sociedade. O que é inaceitável é que haja um partido com várias cabeças, como se tivesse vários centros de decisão e, pior, várias poli-

ticas e práticas sociais. A sociedade quer saber, de antemão, quem vai governar, e com que programa.

A sociedade saudou também as decisões políticas do Congresso do PT: a reafirmação de sua vocação democrática, o repúdio a todas as formas de ditadura e de estatismo. Ela não está preocupada se o PT agora é social-democrata e não acredita que abandonamos nossa origem. Pelo contrário, sente que voltamos às nossas raízes.

O Manifesto e o Programa de fundação do PT, o discurso de Lula na 1ª Convenção, em 81, e as resoluções do 5º e 7º Encontros já apontavam para as resoluções do 1º Congresso. O PT é um partido laico, democrático, socialista. Para nós, a democracia é um objetivo; queremos igualdade de condições políticas para a disputa do poder; ampliar direitos políticos e as formas de exercício da democracia. Não aceitamos a exclusão social que predomina em nossa sociedade e nem a ausência de valores éticos na organização econômica de nosso país. Queremos uma economia democrática onde predominem as necessidades sociais. Queremos os trabalhadores com todos os direitos de cidadãos.

No plano político imediato, o PT reafirmou seu caráter de oposição ao governo Collor e à sua política econômica neo-liberal. rejeitou propostas aventureiras que pretendem derrubar o governo com palavras de ordem, tipo "Fora Collor".

Nos comprometemos, isso sim, a criar uma alternativa real para governar o Brasil, com base numa coalizão política partidária com ampla base social, apoiada num programa democrático e popular. E não vacilaremos em dar uma resposta se for colocado na ordem do dia o problema institucional, caso o governo Collor se esgote e o país se veja diante da necessidade de substituí-lo. A saída é a antecipação do plebiscito com eleições gerais que garantam legitimidade e legalidade ao processo institucional.

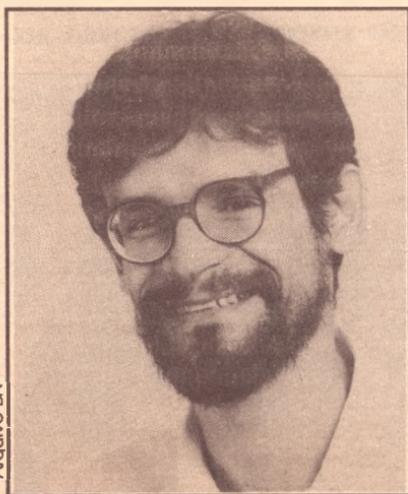
Para 92, o PT propõe transformar a insatisfação e indignação popular contra o governo e sua política em mobilização e protesto, ocupando as ruas do país, pressionando o Congresso Nacional e o governo a mudarem suas políticas, pondo fim à recessão e ao desemprego. O Brasil precisa de um projeto nacional que viabilize sua existência enquanto nação num mundo em rápidas mudanças.

O desafio que está colocado para o PT é ser o fiador de uma alternativa ao projeto Collor que dê ao Brasil reformas políticas e econômicas democráticas. As classes trabalhadoras e os cidadãos que viram o PT nascer em 1979 e se consolidar em 89 entenderam bem o 1º Congresso: o PT continua comprometido com a transformação da sociedade brasileira, particularmente na defesa dos direitos dos cidadãos, dos trabalhadores. Direitos básicos, elementares, humanos. Direito ao empre-

go, ao lazer, à cultura, à igualdade política e social. Para realizá-los, o caminho é a democracia. Vamos democratizar o Brasil, o poder, a riqueza, a cultura. Vamos criar uma sociedade mais solidária, justa e igualitária.

José Dirceu
Deputado Federal
Secretário-geral do PT

Uma grande certeza e uma grande dúvida.



Arquivo BN

Depois de um ano de discussões, o PT mantém a defesa do socialismo e da revolução social, não virou social-democrata, não foi refundado, garantiu o direito de tendências internas e não armou a militância para a conjuntura. A grande imprensa continua falando por nós e lideranças partidárias vão a público dizer coisas que não aconteceram no 1º Congresso. E as mudanças?

Uma posição definitiva sobre as resoluções passa pela leitura do texto final completo. Mas uma avaliação inicial da tese guia e das emendas aprovadas nos leva a crer que não há mudanças radicais em relação aos encontros anteriores. Dentro das ambiguidades históricas e presentes na tese guia, a maioria das emendas aprovadas colocaram as resoluções finais mais à esquerda em pontos como a concepção de socialismo, Governo Democrático Popular e transição, análise da Revolução Russa, direito de tendência. São resoluções, portanto, dentro de uma linha de continuidade dos 5º, 6º e 7º encontros nacionais. Estivemos mais para 8º Encontro que para "Congresso da refundação", como pretendiam grupos social-democratas do partido. Ressalte-se ainda como positivo a aprovação dos 30% de mulheres

nas direções e como negativo o grande buraco numa tática que não armou a militância.

A preparação e debates internos mostraram que os novos critérios não garantiram uma maior participação dos filiados. Porém, na medida em que as discussões desciam da estratosfera para o concreto, o discurso passou a assumir um conteúdo mais à esquerda.

Nas movimentações internas ao partido, três destaques. O primeiro, a derrota da tese "Um Projeto para o Brasil" - desde os encontros municipais-, que chegou ao plenário com apenas 12% dos delegados. Para quem, no lançamento do Congresso, alardeava ser a "nova hegemonia" do PT- e no final chantageava o partido através da imprensa burguesa- chegar ao Congresso se escondendo no plenário e se negando a defender posições próprias não é bom sinal de convicções políticas e teóricas consistentes, nem de sintonia com a militância ou ampla base social do PT.

O segundo: a Articulação, dentro das ambiguidades presentes em sua tese e em sua política de alianças, e apesar da queda relativa de sua influência, teve papel importante em momentos decisivos. E, ao contrário de previsões anteriores, deve continuar existindo, pelo menos a médio prazo.

Por fim, destaque para o espaço ocupado pela Tese 10, "Por um PT socialista e Revolucionário", a segunda mais votada, tendo boa presença nos encontros estaduais, defendendo emendas fundamentais- aprovadas ou não- demarcando um campo à esquerda na tática, sendo responsável e flexível nas negociações e articulando uma corrente de opinião representativa que antes estava dispersa no partido e que continuará tendo importante papel daqui para a frente.

Dentro de um resultado principalmente positivo, dois aspectos preocupantes: a repercussão pública do Congresso, contraditória ou mesmo antagonista às resoluções, devido ao papel da grande imprensa, e a distância entre o que as bases do partido decidem e o que falam publicamente muitas de nossas mais importantes lideranças.

Enfim, uma grande certeza: a discussão vai continuar rolando. E uma grande dúvida: como será nossa prática daqui por diante?

Jorge Almeida
Membro da Executiva
Nacional do PT

Estamos no bom caminho



Foto: Marcelo Rubel

O balanço do 1º Congresso Nacional do PT é razoavelmente positivo. As disputas de posições verificadas nos grupos e em plenário mostram que o PT é ainda uma agremiação com vigor, em que se abrem possibilidades democráticas que dificilmente podem ser observadas em outros partidos políticos. Enquanto permitirmos a prática expressa na célebre frase de Rosa Luxemburgo- "Liberdade é sempre e exclusivamente liberdade para o que pensa de maneira diferente"-, estaremos no bom caminho.

No que se refere às resoluções adotadas, creio que avançamos na elaboração de uma estratégia de construção do socialismo, assumindo nossas deliberações, corretamente, a natureza dialética da definição de objetivos de longo prazo.

Os elogios, contudo, não podem obscurecer os problemas reais que ainda não fomos capazes de superar. Na discussão de conjuntura e tática, o congresso não "criou asas": não conseguimos aprofundar, nesse debate, na linha que vem sendo defendida por Raimundo Faoro, de deslegitimação de poderes constituídos e recurso à vontade popular, ante uma crise de governabilidade, a busca de uma proposta para a insatisfação generalizada com as instituições e uma solução para a crise econômica.

Penso, no que diz respeito às tendências internas, que "patinamos" no esforço de, coletivamente, formularmos uma resolução organizativa que fosse um estímulo a uma militância baseada no princípio da "unidade na diversidade", numa ética companheira de novo tipo.

Por último, já pensando no futuro, acho que devemos, desde logo, procurarmos as razões da baixa par-

ticipação, nos fóruns do partido, dos trabalhadores manuais- urbanos e rurais. Quanto às mulheres, imagino que, nos quatro anos de vigência da cláusula de 30%, precisaremos transformar uma norma de estímulo à participação numa prática de democracia de gêneros de fato.

Sandra Starling
Deputada Federal PT-MG

Fim do ciclo de tendências



Foto: Cibeles Aragão

Para avaliar o 1º Congresso é preciso considerar, inicialmente, que ele não pode ser resumido aos cinco dias finais que marcaram a culminância de um processo que vem se desenvolvendo há pelo menos quatro anos e que ainda vai continuar por outros tantos anos até consolidar uma nova forma-partido, melhor preparada para enfrentar os grandes e inéditos desafios desta nova era da luta pelo socialismo no mundo, cujo limiar estamos atravessando.

Desde o 5º Encontro Nacional, em dezembro de 1987, o PT vem colocando, de forma mais incisiva, a necessidade de definir melhor a sua concepção de socialismo, de projetar os caminhos de sua construção no Brasil e no mundo e de realizar uma verdadeira revolução na sua forma de organização. O 1º Congresso, com seus nove meses de preparação - de fevereiro a novembro de 1991 - constituiu apenas um momento privilegiado de enfrentamento desses grandes desafios, que, de resto, ainda permanecem colocados, exigindo a nossa auto-superação.

Na avaliação do 1º Congresso é necessário, em segundo lugar, considerar o caráter simbólico e, portanto, mais denotativo do que conotativo, das grandes polêmicas e votações ocorridas em plenário. Ou seja, nos debates sobre a Ditadura do Proletariado, a Estratégia Democrática, os 30% de Mulheres, as Tendências e o "Fora Collor", o que estava em disputa era muito mais do que se explicitava nos encaminhamentos de votação. Com raras exceções, a grande imprensa que acompanhou o evento, ao não perceber isso, tomando o espírito pela letra e o alusivo pelo representado, continua desentendendo o PT. Tal não deve ocorrer, todavia, com os petistas, sob pena

I CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Resolução sobre Conjuntura e Tática

de não conseguirmos tirar todas as consequências das grandes decisões que foram tomadas pelo 1º Congresso.

Para dar um exemplo deste processo, no qual o discurso dissimula o real, vamos lembrar o debate sobre as tendências. A famosa "Emenda 23", que venceu por apenas 25 votos a tese guia num universo de quase mil votantes, propunha uma regulamentação do direito de tendência mais rígida do que a atual, coibindo a existência de frações internas. Não era uma emenda ruim ainda que insuficiente para sinalizar a transição que, de qualquer modo, será operada a partir de agora, do partido de tendências para um partido com tendências. Neste sentido, o texto da tese guia era melhor porquanto menos ambíguo. Na verdade porém, o que estava em discussão não era propriamente uma nova regulamentação, mais ou menos rígida, de um direito que, afinal, ninguém quer abolir no PT.

Na votação das tendências a discussão real embutida na polêmica sobre regulamentação, era a política de alianças internas a partir da qual se constituirá o novo bloco dirigente do PT. A divisão do plenário foi esclarecedora deste significado não imediatamente perceptível: votaram na "Emenda 23" - fruto de acordo com a DS - a própria DS, a Força Socialista (salvo engano) e a minoria da Articulação (vanguardada, nesta disputa, por membros da Executiva Municipal de São Paulo e das Executivas Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro, contando com o empenho de vários Secretários-gerais).

Constituiu-se assim a "Emenda 23" numa proposta de lançar uma ponte com a ortodoxia sob a justificativa da governabilidade; isto é, da capacidade de um grupo continuar comandando o partido, mantendo-se no centro, como árbitro, para "administrar" ortodoxos e renovadores ao velho estilo tancrediano: "Uma no cravo, outra na ferradura". No fundo, a escolha da Convergência Socialista como inimigo principal foi um pretexto para desviar a atenção do objeto do debate. O 1º Congresso discutiu uma nova regulamentação do direito de tendência não por causa da Convergência, uma vez que a velha regulamentação dava conta de "enquadrar" esta tendência e, no limite, até mesmo concedia poderes ao Diretório Nacional para excluir do partido seus integrantes.

O 1º Congresso rediscutiu a questão das tendências justamente porque são aquelas que compõem hoje 80% das direções (Articulação, VS, DS, NE, FS e MTM) que impõem uma velha dinâmica fracional à vida partidária e não as minoritárias frações explícitas (como a CS e OT). "O inimigo é a Convergência" constituiu-se enquanto um argumento do tipo "o culpado é o judeu", como, aliás, já havia percebido Valério Arcary, que pode ser tudo mas não é um homem burro.

Afortunadamente, a maioria da Articulação e do Projeto para o Brasil, ao praticamente empatarem a votação, deram um sinal inequívoco a todo o partido de que é preciso de verdade, reconstruindo o PT como um partido democrático para todos os filiados e para a sociedade e não apenas para atender interesses dos grupos organizados em seu interior. De sorte que, independentemente do resultado desta votação, o 1º Congresso marcou, simbolicamente, o fim do ciclo do partido organizado por tendências.

Augusto de Franco
Coordenador Político Geral
do 1º Congresso.

1. A crise econômica, social e política ganha uma amplitude nunca vista. A velocidade da crise se acelerou e suas dramáticas consequências - inflação sem controle, recessão, demissões em massa, queda de produção, fechamento de empresas - têm se refletido em todos os aspectos da vida nacional. A miséria e a violência fazem crescer a desesperança em nosso país. O Governo Collor é hoje o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fervoroso Federal insiste em manter sua política econômica e, de forma descarada, avisa que a recessão vai aumentar em 1992.
3. A crise atual não será resolvida por nova composição interna das elites, a não ser com um custo social inaceitável. As classes dominantes já baixaram dezenas de pacotes nos últimos anos, experimentaram todos os tipos de fórmulas, menos o es-

das, indignadas, as pessoas expressam seu sentimento, que o PT deve ser capaz de captar e de transformar num amplo movimento democrático, popular, de oposição ao Governo Collor. Eis, pois, qual deve ser o centro de nossa intervenção política na conjuntura: a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo e seu projeto neo-



Foto Fernanda Estima

tas denúncias de corrupção amplamente noticiadas pela imprensa cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente ao contrário dos mais veementemente compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola seguidas vezes até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial de confisco dos aposentados, de descalabro da previdência social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor.

2. Mesmo diante dos fatos e dados mais contundentes, o Go-

sencial: democratizar radicalmente o poder, a riqueza e a renda, para construir um novo modelo de gerir o País.

4. Enquanto o presidente Collor impõe e aprofunda sua política de arrocho, a maioria dos trabalhadores luta para preservar o emprego numa situação em que o medo do desemprego é a maior que a capacidade, até aqui demonstrada pelo movimento sindical, de articular lutas que dêem conta de recuperar e manter o poder aquisitivo dos salários, via indexação automática, reajustes periódicos ou outra forma qualquer.

5. O Governo Collor despenca nas pesquisas de opinião, que traduzem, em números e porcentagens, a angústia e o descontentamento do povo. Só não vê quem não anda nas ruas, não vai às feiras livres, não viaja em transportes coletivos. Revolta-

liberal. É preciso articular nossa capacidade de mobilização social, nossa intervenção parlamentar e nossa ação nas Prefeituras.

6. Como já fizemos em diversos momentos de nossa história partidária, o PT pode e deve, mediante a retomada de mobilização em escala de massa, inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor de Mello, fazendo prevalecer social e institucionalmente uma saída democrática e popular para a crise do País.

7. Para tanto, faremos **uma Campanha de Emergência** que ataque aos efeitos mais nocivos da atual política econômica, procurando preservar empregos, defender salários, distribuir renda, combater a fome e a miséria e também a corrupção. Uma campanha urgente e inadiável, a ser desencadeada logo após o I Congresso, mediante um detalhado



plano de ação, que deverá estar centrada nos seguintes pontos:

- escala móvel dos salários;
- controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos sociais e seguro-desemprego;
- instituição do imposto solidiedade e sobre grandes fortunas;
- política agrícola de emergência;
- realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade;
- combate à corrupção;
- garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários.

8. Cada um desses pontos deve merecer um aprofundamento particular e sua articulação deve produzir um calendário que possa mobilizar não só as entidades nacionais, mas cada sindicato, cada movimento popular e, sobretudo, a militância partidária.

9. Para o sucesso dessa articulação e a amplitude do movimento de oposição popular, consideramos indispensável a realização de atos, caravanas, vigílias, greves, com como o recurso a iniciativas populares legislativas, a exemplo do que foram as caminhadas dos trabalhadores sem terra e a apresentação do projeto de lei para a criação do fundo nacional de Moradias Populares. As propostas do imposto sobre as grandes fortunas, do projeto de combate à corrupção e de realização da reforma agrária, têm potencial para se transformarem em emendas com centenas de milhares de assinaturas. O PT se empenhará na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, apoiado numa ampla campanha pela escola pública de qualidade e democrática.

10. O PT apoiará e estará presente nas lutas da sociedade civil e dos setores marginalizados como: o combate à política tributária espoliativa do Governo sobre os assalariados, em de-

fesa da vida e dos meninos de rua e dos aposentados. Isso significa que trabalharemos para ampliar e multiplicar estas formas de luta. O PT é um aliado de todos aqueles que, na sociedade civil, querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação, marcas do Governo Collor.

11. O PT apoiará iniciativas como a vigília do dia 13 de dezembro, sexta-feira, promovida pela CUT - Regional Grande São Paulo, "Contra Collor, a Fome e o Desemprego", junto com movimentos populares e personalidades, que devem ser exemplo para todo o País.

12. O PT considera que as eleições de 92 também serão um importante momento de disputa com o projeto Collor, já que, apoiados numa política de alianças definida pelo Partido, e na mobilização popular, podemos infligir uma derrota ao Governo Collor e a seus aliados locais.

13. O PT assume, junto à mobilização contra a política de Collor, a defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre regime político, já tramitando no Congresso Nacional. O PT se opõe, radicalmente, a qualquer tentativa de pacto de elites, pois não concordamos, em hipótese alguma, com entendimentos quaisquer que tenham como pressupostos, acordos com Collor e a manutenção da atual representação dos Estados no Congresso. Para o PT, a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo só terá sentido se vier combinada com a luta por reformas democráticas essenciais, desta-

cando-se a aprovação de um novo sistema eleitoral, que seja, de fato e de direito, proporcional e a redefinição das funções da Câmara e do Senado Federal, tendo este último suas funções restritas às federativas.

Repudiamos igualmente, qualquer casuismo ou iniciativa de características golpistas para resolver a crise. A proposta do PT adquire legitimidade e se diferencia das demais porque se sustenta na mobilização popular e pressupõe uma nova representação congressual, com eleições antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do País.

14. Caso, porém, se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao "impeachment" em defesa da democracia.

15. O PT deve propor e negociar com o movimento sindical, popular; os partidos democráticos, progressistas e de esquerda; as entidades representativas da sociedade civil, um conjunto de reivindicações que nos possibilite transformar a crise do Governo Collor em ponto de apoio para mobilizar o movimento social e viabilizar uma nova alternativa de governo para o País:

- a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais.
- b) Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxa-

ção das grandes fortunas.

c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação.

d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade.

e) Política salarial que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo.

f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco.

g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados.

h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos.

i) Combate à recessão - cres-

cimento econômico com distribuição de renda.

j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos Estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado.

k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos.

l) Instituição de um programa de garantia de renda mínima

I Congresso do Partido dos Trabalhadores São Bernardo do Campo (SP), 1º de dezembro de 1991



O socialismo e os desafios do PT

José Genoíno Neto e Eduardo Jorge

No dia 22 de novembro último, a Folha de S. Paulo publicou um artigo dos deputados federais petistas José Genoíno e Eduardo Jorge com comentários sobre o Encontro Estadual de São Paulo, preparatório ao 1º Congresso. As opiniões expressas pelos companheiros provocaram intensa polêmica no interior do PT. Diversas respostas foram enviadas ao jornal, que ignorou a todas. Atendendo à solicitação dos signatários dessas respostas, o Boletim Nacional publica os artigos de Valter Pomar e José Dirceu e de Ivan Valente e Artur Scavone. O artigo de Genoíno e Eduardo Jorge é republicado para que os petistas conheçam- ou recordem- o que é contestado, respeitando o pluralismo que deve existir numa publicação do PT.

O PT vai realizar em breve o seu primeiro congresso nacional. A importância política e as convicções democráticas do PT, confirmadas nas circunstâncias que nos levaram ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989, impõem que este processo de debates e deliberações não diga respeito apenas aos militantes petistas.

Por isso mesmo, a direção nacional definiu que o Congresso deveria ser um momento privilegiado de debate dentro do partido e também com outros sujeitos políticos e sociais. Este artigo é mais uma contribuição pública ao diálogo crítico com os filiados do PT e com a sociedade civil.

Uma das questões mais importantes em debate, tendo em vista a condição de partido de esquerda do PT, diz respeito à nossa concepção de socialismo. A derrocada do socialismo real desnudou definitivamente um modelo de organização econômica, social e política baseado no autoritarismo do Estado-partido, onde este detinha o controle total do poder sobre a sociedade. O fato de o PT ter forjado uma trajetória inovadora em relação a essa tradição, ainda que não sem ambiguidades, não anula a obrigação de fazer um balanço criterioso das experiências socialistas.

As discussões sobre o socialismo no processo do Congresso do PT estão se dando em torno de 14 teses apresentadas por filiados e correntes internas. E nós que, juntamente com outros petistas, subscrevemos a tese "Um Projeto para o Brasil", centrada na defesa de uma visão socialista radicalmente democrática e pluralista, não podemos deixar de ficar profundamente preocupados com o resultado do encontro estadual de São Paulo, preparatório do congresso, realizado nos dias 2 e 3 de novembro.

Pois nele foi recusada uma emenda que criticava enfaticamente o conceito de ditadura do proletariado, e foi aceita uma outra que, ao nosso ver, compromete a visão predominantemente democrática da tese-guia aprovada, apresentada pela corrente interna Articulação. E o mais grave, a responsabilidade política por essa situação recai, em grande medida,

justamente sobre a própria Articulação, porque, sendo a corrente majoritária no encontro, foi a orientação de voto recebida por seus delegados que praticamente definiu o resultado.

Para que o leitor compreenda a importância da questão, é proveitoso explicitar o conteúdo das emendas mencionadas. A emenda que propusemos, em síntese, define o socialismo como sendo radicalização da democracia, condenando a ditadura do proletariado por entender que ela significa, na verdade, a ditadura do partido único sobre os trabalhadores e sobre toda a sociedade. Além disso, nossa emenda recusa a idéia do socialismo como sociedade perfeita, reconhece o caráter conflitual, a diversidade e o pluralismo da condição humana e, em consequência, valoriza a expressão e a solução democrática das diferenças e conflitos, assumindo o pluralismo social e político. Por fim, apresenta o socialismo como uma possibilidade de futuro e não como um futuro que necessariamente se realizará.

Em contrapartida, uma das emendas propostas por correntes ortodoxas do partido, e que contou com o apoio da Articulação, insiste na idéia anacrônica de que aos socialistas cabe lutar por uma sociedade paradisíaca com "(...) instituições desalienadas, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; (...) onde seja eliminada a produção social cotidiana da neurose, da psicose e da alienação (sic). (...) Esta sociedade, continua a emenda, não pode ser construída nos marcos nacionais. A conquista do poder em um dado país abre um processo de transição que só poderá ser completado com a superação do capitalismo no terreno internacional". Ou seja, temos aqui resgatada integralmente a velha tese do socialismo como mero "período de transição" para uma sociedade mundial comunista, que tem como pressuposto um mítico "homem novo comunista".

O conceito de ditadura do proletariado esteve na base do que ocorreu nas sociedades do Leste europeu e União Soviética. Dizer

que lá o "estado operário" se degenerou e que de fato a ditadura do proletariado não teria se realizado não passa de um artifício para justificar a manutenção de um conceito que se revelou extremamente adequado à cristalização de um regime de natureza totalitária. Daí entendermos indispensável repelir esta noção, sem nenhuma ambiguidade.

De outro lado, a idéia de uma sociedade absolutamente desalienada, transparente para si mesma, perfeita, é inteiramente incompatível com uma visão democrática e pluralista.

Não é ocasional que a emenda sugira que tal sociedade só poderá vigir como sociedade total mundial, o que significa dizer que não poderá conviver com sociedades diferentes. Uma sociedade desse gênero exigiria, para existir, que a natureza humana fosse moldada de acordo com os valores de um "partido de vanguarda", com homens e mulheres tornando-se "seres humanos perfeitos" (isto é, tornando-se a negação do ser humano). Ou então, o que de fato ocorreu em todos os países do socialismo real, exigiria a instituição de mecanismos de controle total da sociedade voltados para sufocar todo conflito e pluralismo.

Como se vê, nem sempre a condenação formal da experiência do socialismo real é assumida sem subterfúgios no plano das concepções e formulações. Às vezes, quando menos se espera, a cultura ortodoxa volta à luz com sua face integral, e eis que ressurgem elaborações conservadoras que, em grande medida, se chocam com valores e concepções inovadoras que estavam presentes na própria origem do PT.

O PT, ao recusar a via socialdemocrata, não pode deixar de se pronunciar de forma contundente em relação à ditadura do proletariado e à pretensão totalitária de construir uma sociedade perfeita. Por isso mesmo, é de se esperar que o primeiro congresso não se furte a este dever político e moral. Afinal, queremos de fato que o PT seja, não o último partido comunista do mundo, mas um dos primeiros partidos socialistas e democráticos de uma nova época. Ou não?

É preciso saber perder

A **Folha de S. Paulo** publicou, na seção **Tendências e Debates** do dia 22 de novembro, artigo dos deputados federais José Genoíno Neto e Eduardo Jorge, intitulado "O Socialismo e os desafios do PT". Nele, os deputados manifestam sua preocupação com o resultado do Encontro Estadual de São Paulo, realizados nos dias 2 e 3 de novembro, por que nele "foi recusada uma emenda que criticava enfaticamente o conceito de ditadura do proletariado e foi aceita outra que (...) compromete a visão predominantemente democrática da tese guia aprovada, apresentada pela corrente interna Articulação". A emenda aprovada, "proposta por correntes ortodoxas do partido", resgataria, na opinião dos deputados, concepções paradisíacas e totalitárias do socialismo, antagônicas, portanto, a valores fundamentais do próprio PT.

Os deputados perderam uma boa oportunidade, às vésperas do 1º Congresso do PT, de expor suas concepções acerca do Brasil, da conjuntura nacional, da tática que a esquerda deve adotar para combater o governo Collor. É no mínimo curioso que a maior preocupação de dois destacados signatários de uma tese intitulada "Projeto para o Brasil" seja discutir... a ditadura do proletariado. É mais estranho ainda que, ao travar esta discussão, tenham privado seus leitores de duas informações fundamentais.

Em primeiro lugar, os deputados esqueceram de dizer que a tese da Articulação apresenta uma opinião bastante clara sobre a ditadura do proletariado. Diz a tese, aprovada na absoluta maioria dos encontros estaduais preparatórios ao 1º Congresso: "A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do domínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como ditadura do proletariado".

É compreensível que Genoíno e Eduardo Jorge considerem que a sua maneira de rejeitar a ditadura do proletariado seja mais "enfática". Esta não foi a opinião da esmagadora maioria dos encontros estaduais do PT, que aprovaram também "enfaticamente" a tese da Articulação - aí incluída sua condenação à ditadura do proletariado (extensiva, aliás, a qualquer tipo de ditadura - até porque na América Latina e no Brasil, as ditaduras que oprimiram o povo foram de tipo e natureza bem diferentes).

Portanto, o artigo dos deputados omite dos leitores uma informação essencial, que sozinha desmonta suas preocupações com um suposto ressurgimento da "cultura ortodoxa" no interior do PT. Além desta omissão, entretanto, Genoíno e Eduardo Jorge cometeram também uma imprecisão bastante importante: a emenda que teria sido aprovada graças ao consentimento da Articulação tem um texto diferente daquele que é citado no artigo dos deputados.

Citamos aqui a tal emenda, de acordo com o relatório oficial do Encontro, elaborado pela Comissão Executiva Estadual do PT/SP e enviada pelo correio a todos os delegados ao 1º Congresso eleitos no estado:

"Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições desalienadas, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, sexo, idade e convicções religiosas; onde seja eliminada a produção social cotidiana da neurose, da psicose e da alienação; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos de toda a opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo

de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais".

Esta emenda pode ser acusada de utópica, de sonhadora, de irrealista, mas nela não existe nem o "mítico homem novo comunista" nem a "velha tese do socialismo como mero período de transição" que tanto atormentam os autores do artigo publicado pela **Folha**. Quanto ao trecho que Genoíno e Eduardo Jorge citam - "a conquista do poder em um dado país abre um processo de transição que só poderá ser completado com a superação do capitalismo no terreno internacional" - ele foi retirado pelos proponentes da emenda, a pedido da Articulação, tornado assim possível a incorporação da presente emenda. Desta forma, os deputados batalham contra moinhos de vento, já que é neste trecho, afinal suprimido, que se baseia grande parte da crítica que eles apresentam aos resultados do Encontro Estadual de São Paulo.

Dito isso, é necessário ainda um último comentário sobre o artigo publicado pela **Folha de S. Paulo**. Num partido como o PT é perfeitamente legítimo e inclusive necessário que se debatam publicamente todas as divergências de opinião, principalmente - como é o caso agora - quando se está em processo de Congresso.

Entretanto, é preciso que esse debate se faça sem caricaturar as opiniões dos adversários. Não é correto, por exemplo, dizer que quem defende uma sociedade sem desigualdades esteja defendendo uma sociedade sem diferenças e, mutatis mutandis, uma sociedade homogênea e totalitária. Tampouco é justo acusar quem quer que o mundo inteiro seja socialista de estar dizendo ser impossível a convivência com sociedades diferentes,

leia-se, capitalistas (ainda, verdade seja dita, que o capitalismo venha se esforçando ao longo de todo este século para tornar tal convivência muito difícil - haja visto o bloqueio a Cuba, o apoio aos **contras** Nicaraguenses, o financiamento de golpes e ditaduras em todo o mundo).

Este tipo de caricatura tem sido, até hoje, no interior do PT, uma característica quase que exclusiva de algumas pequenas correntes esquerdistas, para quem a ação institucional é igual a capitulação diante da ordem burguesa e luta por reformas é reformismo. Para os esquerdistas, o seu ponto de vista é o melhor, e sua verdade é mais verdadeira do que a dos outros, o que lhes permite achar que sempre estão na vanguarda de tudo.

Infelizmente, o artigo de José Genoíno e Eduardo Jorge mostra que eles, que vêm rompendo tão velozmente com seu passado, ainda não mudaram sob esse aspecto: anos atrás, consideravam-se os melhores intérpretes dos dogmas revolucionários que hoje condenam; e hoje comportam-se como se fosse seu, e desde todo o sempre, o patrimônio da luta contra todas as ortodoxias. É essa atitude - um apressado diria ser intolerante, ou até mesmo totalitária - que explica seu inconformismo diante da derrota de uma simples emenda num encontro estadual do PT.

Ainda é tempo de mudar, mas é preciso ter pressa. Afinal, como diz o ditado, é o excesso de velas que põe fogo na igreja - pouco importando, no caso, se as velas são vermelhas ou cor-de-rosa.

José Dirceu
Deputado federal PT-SP
Valter Pomar
Membro do Diretório
municipal do PT - Campinas
(SP)

Resposta aos deputados José Genoíno e Eduardo Jorge

No jornal Folha de São Paulo de 22/11/91, os companheiros José Genoíno e Eduardo Jorge resolveram dar prosseguimento à sua cruzada contra o que chamam de "correntes ortodoxas" do Partido - é óbvio: não se trata da ortodoxia liberal, nem da reformista. Mostram-se "profundamente preocupados" com o resultado do Encontro Estadual de SP. Responsabilizam nomeadamente - "em grande medida" - a "Articulação".

Três dias depois, a Folha de São Paulo pega o mote. Apoiando-se em novas declarações de Genoíno e outras de Paulo Delgado, promove um festival de contra-informação, ataca o que rotula de "esquerda tradicional" - cujo fortalecimento seria fruto do "aparelho partidário" - e se coloca favorável à "renovação".

O objetivo desta cobertura de véspera de congresso é atingir o PT, cuja imagem é indissociável de sua tradição classista, combativa, rebelde e libertária. Já os companheiros Genoíno e Eduardo Jorge procuram fazer com que o PT se adapte aos setores da opinião pública reticentes diante da esquerda e da trajetória partidária.

É legítimo e correto escrever na grande imprensa e dar opiniões sobre quaisquer assuntos, inclusive internos ao PT. Mas não foi apenas isto que aconteceu. Na verdade, os dois deputados, utilizando as facilidades que o cargo e suas ligações lhes conferem, transformaram as páginas da Folha de São Paulo em uma tribuna de debates privada, instrumento privilegiado para deformar opiniões, criticar correntes políticas internas e tentar pressionar o I Congresso, sabendo de antemão que o direito de resposta não estaria garantido a todos os interessados. Terminaram por deturpar a imagem do Partido.

Da mesma forma pouco ética, os dois deputados se esforçam para embaralhar as questões, jogando uma cortina de fumaça sobre o verdadeiro debate. É claro que "o socialismo" é "uma possibilidade de futuro e não (...) um futuro que necessariamente se realizará". So-

bre este ponto estamos de acordo. A verdadeira linha divisória de nossas posições é a seguinte: enquanto defendemos intransigentemente a luta por um novo patamar para a humanidade, os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge vergam a coluna dorsal diante das dificuldades atuais. Ao criticarem o que interpretam como "idéia de uma sociedade absolutamente desalienada, transparente para si mesma, perfeita", fazem-no reconhecendo como eternas as instituições e valores reconhecidamente anti-humanos da sociedade capitalista.

Quando Genoíno e Eduardo Jorge rechaçam a luta por "instituições desalienadas", pronunciam-se pela eternidade das instituições alienadas. Quando negam a simples possibilidade do "governo de indivíduos livres", defendem que o Estado e a natureza humana serão perenes. Quando criticam a idéia de se eliminar "a produção social cotidiana da neurose, da psicose e da alienação", rendem-se à continuidade das formas atuais de neurose, psicose e alienação geradas especificamente na sociedade de classes, tendo-as como atributos humanos de "conflito e pluralismo". Quando denunciam a tese de que a emancipação humana só poderá se dar com a "superção do capitalismo no terreno internacional", das duas uma: ou afirmam a impossibilidade da emancipação humana, reproduzindo o niilismo típico da ideologia burguesa contemporânea, ou ainda não se libertaram do princípio da construção do socialismo em um só país, defendido por Stalin e derrotado no Leste europeu.

No mais, assumem acriticamente o conceito de "socialismo real", que durante muito tempo foi utilizado para mascarar a verdadeira natureza social das sociedades burocráticas. De resto, um silêncio providencial sobre outra questão decisiva. Ao longo do I Congresso, os dois deputados reafirmaram a crença de que as tremendas desigualdades do mundo contemporâneo podem ser resolvidas de forma gradual. Mansa e pacífica. É um ponto de vista natural para

quem, em última instância, não advoga um rompimento radical com a ordem burguesa. Porém, não pode sê-lo para aqueles que, ao lutarem pela substituição deste mundo por um novo, de solidariedade e fraternidade, recusam ilusões quanto à resistência dos donos do poder em ceder os postos de mando.

De nossa parte reafirmamos a posição de trabalhar por uma sociedade onde "a igualdade social possibilite o pleno florescimento das diferenças individuais", bem como de adotar métodos de luta necessários e compatíveis com a realização deste sonho.

Em contrapartida, o que pretendem dizer os dois deputados aos petistas e à sociedade civil? Que a História teria chegado ao fim? Que os homens e mulheres não podem

recriar sua natureza? Que os trabalhadores devem renunciar a uma ideologia radicalmente anticapitalista e os socialistas à sua moralidade comprometida com o esforço por um processo civilizatório rumo a formas superiores de convivência humana? Se for isto, não há motivos para debitar seus dissabores à esquerda revolucionária. Será melhor responsabilizar sua própria capitulação aos valores dominantes e à ordem do capital.

São Paulo, 28 de novembro de 1991

Artur Scavone

Membro do Diretório Nacional do PT

Ivan Valente

Deputado Estadual PT-SP e membro do DN-PT

LEIA
E
ASSINE

BRASIL
AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto.
Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil
Fones (011) 220.7198, 222.6318 e 220.7718

NOME _____
END. _____
Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 12.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 80,00
- Assinatura de apoio Cr\$ 20.000,00
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 25.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 40.000,00

A presença internacional

Cento e trinta convidados de mais de 60 partidos e organizações de 30 países europeus e latino-americanos estiveram presentes ao 1º Congresso do PT. Daniel Ortega, encabeçando a delegação da Frente Sandinista, Cuauhtémoc Cárdenas, pelo Partido da Revolução Democrática do México, e Antonio Navarro Wolf, da Aliança Democrática M-19 da Colômbia estavam entre os delegados estrangeiros.

O pluralismo, a garra e a vitalidade do PT impressionaram os convidados internacionais que, em sua maioria, formavam uma verdadeira "torcida organizada" pela vitória da emenda dos 30% de mulheres na direção do PT, como demonstraram em sua participação na plenária de mulheres.

As delegações participaram de diversas atividades especialmente programadas, iniciadas com um debate sobre a realidade político-econômica brasileira, com a presença de Lula, dos deputados José Dirceu e Aloizio Mercadante (PT-SP) e do secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia. As administrações petistas foram discutidas num debate com os prefeitos Olívio Dutra (Porto Alegre- RS), Luiza Erundina (São Paulo), Maurício Soares (São Bernardo do Campo-SP) e José Augusto (Diadema-SP).

Os partidos da Argentina, Uruguai e Paraguai tiveram uma reunião sobre o Mercosul, com a presença do deputado José Fortunatti (PT-RS); e os países andinos tiveram um importante debate sobre o

narcotráfico, coordenado pelo deputado Agostinho Valente (PT-MG)

No sábado, as delegações foram recebidas por Lula para uma feijoada num restaurante de São Bernardo do Campo. À tarde, visitaram o Memorial da América Latina. Os partidos pertencentes à Coordenação Socialista Latino Americana tiveram uma reunião coordenada por seu presidente, deputado Victor Granda, do Equador. Os partidos presentes integrantes do Fórum de São Paulo- que reúne partidos e organizações de esquerda da América Latina- tiveram duas reuniões preparatórias das atividades do Fórum para o próximo ano. Nessas reuniões foram aprovadas declarações de solidariedade a El Salvador, Cuba e Haiti.

Delegações

Argentina: Encontro Popular, Grupo Peronista dos 8, Partido Operário Revolucionário, Partido Comunista Argentino, Movimento ao Socialismo, Movimento de Esquerda 29 de Maio, Partido Intransigente Popular, Partido Democracia Popular, Frente Democracia Avançada, Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo, Proposta Política dos Trabalhadores, Partido Intransigente, Corrente Pelo Protagonismo Popular, Partido Operário, Partido Socialista Popular, Partido Socialista Democrático.

Austria: Partido Social-Democrata.

Bélgica: Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo.

Bolívia: Movimento Bolívia Livre.

Chile: Partido Comunista Chileno, Partido Socialista Chileno, MIR.

Colômbia: Aliança Democrática M-19.

Cuba: Partido Comunista Cubano

Dinamarca: Partido Social-Democrata

El Salvador: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

Equador: Movimento Popular Democrático, Partido Socialista do Equador.

Espanha: Esquerda Unida, Esquedra Alternativa.

França: Partido Socialista Francês, Partido Comunista Francês.

Guatemala: Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

Holanda: Partido dos Trabalhadores Socialistas

Inglaterra: Partido Trabalhista

Israel: MAPAM.

Itália: Movimento pela Refundação Comunista, Partido Democrático de Esquerda.

Líbia: Congresso Geral do Povo

México: Partido da Revolução Democrática

Nicarágua: Frente Sandinista de Libertação Nacional.

País Basco: Herri Batasuna

Palestina: Organização pela Libertação da Palestina

Panamá: Partido Revolucionário Democrático.

Paraguai: Partido Democrático Popular, Corrente Pátria Livre.

Peru: Partido Unificado Mariateguista

Portugal: Partido Comunis-

ta Português

República Dominicana: Partido Comunista Dominicano.

Suécia: Partido Social-Democrata

Uruguai: Esquerda Democrática Independente, Movimento 26 de Março, Movimento Participação Popular, Partido Operário Revolucionário, Partido Comunista do Uruguai, Frente Ampla, Partido Socialista do Uruguai.

Venezuela: Liga Socialista, Movimento ao Socialismo.

**IV Internacional (CIR).
IV Internacional- Secretariado Unificado.**

OBSERVADORES:

Parlamento Europeu, Comissão Permanente de Partidos Políticos da América Latina-COPPPAL, Núcleos do PT em Bruxelas e Nova Iorque, Edition Latein Amerika (Alemanha), Molisv (Itália), ILDES, Universidade de Glasgow (Escócia), Movimento Autonomia Sindical (Chile), Federação Nacional de Trabalhadores Caminhoneiros (Argentina). Embaixadas: Alemanha, Cuba e França. Consulado dos Eua.

Mensagens

"O PT não tem apenas a responsabilidade de transformar o Brasil, mas de fazer de nosso irmão maior do continente salvaguarda da soberania continental no marco das novas realidades no mundo. Estamos seguros que vocês realizarão esta tarefa. A contribuição do PT na luta civil será fundamental para a Frente Farabundo Martí. Necessitaremos de sua experiência e apoio".

**Joaquín Villalobos-
Frente Farabundo Martí de
Libertação Nacional- El Salvador.**

"Recebam uma cordial saudação por ocasião de seu 1º Congresso, que representa, sem dúvida, um grande acontecimento na vida democrática do Brasil".

**Partido Comunista
Colombiano**

"Temos a certeza que o 1º Congresso do PT representará, indubitavelmente, um feito muito importante para o avanço da esquerda latino-americana".

Esquerda Unida- Peru

"Em nome do povo da Irlanda engajado na luta contra o colonialismo e a opressão inglesa, enviamos saudações e uma mensagem de solidariedade ao Partido dos Trabalhadores por ocasião de seu 1º Congresso. Saudamos sua luta pela emancipação social e econômica da vasta maioria do povo brasileiro. Tenham a certeza da solidariedade internacional do Movimento Republicano na Irlanda".

Sinn Féin- Irlanda

"Acreditamos que este Congresso seja uma pedra fundamental na história do Partido dos Trabalhadores, que, dentro do âmbito da nova realidade brasileira, está se propondo a analisar sua trajetória e reformular seu curso para o futuro. Transmitimos nosso desejo sincero de que discussões frutíferas e decisões sábias assegurem um futuro político coroado de êxito ao PT".

**Partido Social- Democrata
Alemão**

O 1º Congresso Nacional do PT recebeu mensagens e saudações do Partido Socialista de Portugal, Partido Socialista da Bélgica, de Liber Seregni, presidente da Frente Ampla do Uruguai, do Partido Social Cristão da Bélgica, do Partido Socialista Operário Espanhol, do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, de Julius Nyerere, da Tanzânia, de Francisco Romão de Oliveira e Silva, embaixador de Angola, e de Edward Kennedy, senador do Partido Democrata dos EUA.

Um grito de alerta

Foto: Hugo Scotte



Apresentamos aqui a carta do companheiro Ignácio Hernandez, em que ele pede afastamento do cargo de secretário de Formação Política do Diretório Regional de Minas. Pedimos leitura atenta.

Para que se tenha consciência do significado desse gesto e desse fato político, nós, da Secretaria Nacional de Formação Política informamos que se trata do companheiro que coordenava e conduzia aquele que é considerado por nós o melhor trabalho de formação política do país. Um coletivo capaz de planejar e executar um processo de formação em todo o estado de Minas

Gerais sintonizado com a conjuntura e com eventos do partido- eleições, Congresso, 10 anos de PT.

E mais: Ignacio é militante fundador do partido, tendo sido padre operário, engajado no processo de luta ainda muito antes da fundação do PT.

Ignacio faz falta neste Congresso. Faz falta na coordenação de nossa secretaria em Minas Gerais. Não temos dúvida nenhuma de que continuará na luta e realizando o trabalho de formação política. A razão de seu engajamento tem dimensão que supera esses obstáculos. Mas há lições neste episódio que, espero, to-

dos tenhamos a sensibilidade e a coragem de aprender.

O que muitos discursos não conseguem, esperamos que gestos como esse, embora dolorosos, possam atingir. Verdadeiro grito de alerta. Queremos manifestar nosso profundo respeito pelo companheiro Ignacio Hernandez e ressaltar que enquanto houver gente com essa dignidade nosso partido segue tendo esperança.

Gilberto Carvalho
Secretário Nacional de Formação Política.

Saiu a

“Rapidinha”

O companheiro Antônio Oliveira, “Vermelho”, de Araraquara, é o mais novo premiado da “Rapidinha”. Ele é o primeiro ganhador do prêmio máximo de Cr\$ 1 milhão da loteria instantânea do PT. Ainda há chances de ganhar na “Rapidinha”, tanto na série Ouro quanto na série Azul.

Agenda 92

Já estão à venda as agendas 92 do PT. Custam Cr\$ 4 mil para venda avulsa. Os diretórios podem adquiri-las com a Tesouraria do Diretório Nacional por Cr\$ 3 mil.

Aos companheiros do Partido dos Trabalhadores em Minas,

Chegam momentos em nossa vida em que devemos tomar decisões dolorosas. Eu vivo este momento e com bastante serenidade apresento ao partido esta carta de renúncia ao meu cargo como membro da Executiva Estadual e como secretário estadual de Formação Política. Renuncio ao meu cargo e, portanto, à ajuda econômica que o PT me oferecia. Agradeço ao Encontro Estadual ter aprovado minha ida ao 1º Congresso como convidado. Desculpem não aceitar o convite, mas ninguém é convidado à sua própria casa.

Depois de quase cinco anos como secretário de Formação Política, eu pensava estar desempenhando com relativo sucesso o meu trabalho e acreditava ter a simpatia e confiança do PT. O fato de ter tido menos de 10 votos para delegado ao 1º Congresso no Encontro Estadual de Minas, em que votaram 453 delegados, me abriu os olhos à realidade. Um membro da Executiva Estadual, um secretário estadual de FP que não tem 10 votos deve deixar o cargo para que a burocracia não se imponha à verdadeira militância. Não quero ser um burocrata. Esta é a democracia socialista que pregamos: destituição a qualquer momento pelas bases. Eu me

sinto destituído e sem respaldo político para desempenhar meu cargo.

Isto era o principal. Mas permitam-me chamar brevemente a atenção para um ponto. Um erro ficou patente no Encontro Estadual que já tinha sido constatado nos municipais. As tendências, majoritária e minoritárias ou grupos afins, lotearam os candidatos a delegados avulsos com tal precisão matemática que tudo deu certo, exceto algum pequeno furo. Todos os delegados ao Encontro entraram no jogo, inclusive eu, que o aceitei passivamente e não tive a perspicácia de denunciá-lo a tempo.

“Ainda que tarde”, ainda que por ser vítima desse jogo, e ainda que não espere grande repercussão de meu ato, eu quisera chamar os companheiros para um trabalho político em que se consiga, através de novas instâncias partidárias, que as tendências, gabinetes e administrações municipais, etc... não sufoquem a democracia interna e o direito de cidadania dos filiados dentro do PT; que chegue o dia em que para chegar a um cargo de direção do partido não se necessite do aval das tendências, somente dos filiados; em que cada um vote pela sua própria cabeça e não pelo centralismo baixado sobre ele. Fiz o melhor possível, dentro de

minhas condições, na Secretaria Estadual de Formação Política. Comprometo-me a continuar trabalhando nas diferentes atividades da Secretaria, sob a direção de um(a) novo(a) secretário(a). Continuarei como militante ajudando a secretaria a formar o senso crítico dos petistas. Só haverá democracia interna quando as bases do partido tiverem independência intelectual, conhecimento político e espírito crítico. Isso se consegue com a formação política nas lutas sociais e no estudo teórico.

Agradeço, com verdade e sinceridade, às(os) companheiras(os) que mantiveram viva e atuante a Secretaria durante estes anos: Gilberto, Regina, Sara, Bruno, Bel, Kátia, Vera, Paulo, Wilson, Sérgio, Robinson, Viland, Cleuber, Zé Márcio, Isis, Haroldo, Peri e demais companheiras(os) que esporadicamente nos ajudaram.

Agradeceria à Executiva Estadual se fizesse chegar esta carta de renúncia aos companheiros do PT em Minas.

Por um PT democrático para uma sociedade socialista.

Ignácio Hernandez
Contagem, 28 de outubro de 1991.

Negociação coletiva em São Paulo

A prefeitura de São Paulo encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre a negociação coletiva no âmbito do funcionalismo público do município. Trata-se de decisão inédita no Brasil, estabelecendo um sistema permanente de negociação e contratação coletiva que privilegiará não apenas a discussão das questões salariais mas também a melhoria de condições de trabalho e, conseqüentemente, a melhoria dos serviços prestados pelo funcionalismo à população.

O projeto de lei é resultado do esforço conjunto da prefeitura e das entidades do funcionalismo municipal filiadas à CUT.

Raça e Classe

Manifesto ao Congresso do Partido dos Trabalhadores

A população afro-brasileira vive num estado de miséria e opressão, expressa nos baixos salários, no contingente de favelados e encarcerados, nas milhares de mulheres esterilizadas, no extermínio de crianças e adolescentes, na perda de nossos valores culturais e na exclusão da participação política.

Sustentáculo do sistema capitalista no Brasil, o racismo é um componente substancial na estrutura de dominação da classe trabalhadora, que foi esquecido na luta contra o capitalismo.

Sem dignidade e cidadania, o **Povo Negro na Diáspora** tem sofrido com essa política de segregação e repressão. Até hoje luta contra o racismo somente em suas organizações.

Raça e Classe são componentes indispensáveis para a leitura de nossa realidade, e sua transformação.

Até a década de 70, a esquerda brasileira compreendia o racismo como consequência da pobreza, fazendo no máximo menção à discriminação racial. A discussão de fundo se resumia na separação da luta de classes alegando que as diferenças básicas da transformação da sociedade desapareceriam num estalar de dedos, com a transformação ou com o fim do Estado Burguês.

As experiências socialistas, porém, mostraram que as formas de opressão e discriminação não desapareceram nessas sociedades, a exemplo de Cuba e atualmente nos movimentos anti-racistas na Europa.

Nos anos 80 o racismo começou a ser relacionado à questão de classe, ainda entendido como uma circunstância meramente ideológica, item dos estatutos partidários, mas sem nenhuma consequência política para o conjunto da sociedade.

Apesar de sua natureza de combatividade e luta, o Partido dos Trabalhadores não tem compreendido essa questão na sua relação intrínseca com a questão de classe. A sua debilidade está em não organizar a militância para essa luta, visando um processo de transformação social consequente e radical, apesar dos esforços de seus militantes negros, em todo o País buscam construir um partido que também seja um instrumento de luta contra

o racismo.

Nós, negros do PT entendemos que o nosso Partido deve cumprir um papel estratégico de dirigir e impulsionar a luta pelo socialismo, capaz de organizar as massas e servir de referência política para os trabalhadores e para o povo afro-brasileiro.

É preciso respaldar os esforços dos militantes negros e reafirmar o PT como um partido da população negra oprimida e explorada, construindo um projeto político a partir das suas instâncias, que supere a discriminação e o racismo.

Carlos Santana
Deputado Federal PT-RJ
Marcelo Dias
Deputado Estadual PT-RJ

Socialismo e Homossexualidade

A visão materialista da história, criada por Marx e Engels, nos mostra a eterna luta de classes através dos séculos, mas tanto a classe burguesa quanto a classe proletária, lastimavelmente, estiveram sempre juntas num aspecto: a discriminação contra as chamadas **minorias**. As **minorias sociais** não são estudadas na obra de Marx, o que mostra de forma clara a pouca importância que tais grupos humanos mereciam por parte dos reformadores sociais. Na prática, hoje em dia, tanto nos países capitalistas quanto nos que seguiam o comunismo, observa-se a triste realidade da discriminação contra as mulheres, minorias étnicas e homossexuais.

No pensamento marxista é fundamental o espírito revisionista para que sejam preenchidas as lacunas deixadas por Marx e Engels na elaboração de suas teorias. Ambos eram homens, brancos e heterossexuais, e escreveram fortemente influenciados por suas condições psico-existenciais. O objetivo final do socialismo é a construção de uma sociedade mais justa, sem a exploração do homem pelo homem, atingindo a completa satisfação das necessidades materiais e culturais das classes trabalhadoras. Existe, porém, um problema crucial exatamente neste ponto: um homem gay pode

conseguir um bom emprego, uma boa casa e uma boa condição de vida, mas como poderá reivindicar seus direitos de homossexual se não existe uma lei que o proteja enquanto indivíduo normal dentro da sociedade em que vive, se não tem o direito legal de se unir legalmente com outro homem? Esta flagrante discriminação não é idêntica tanto nos Estados socialistas quanto capitalistas?

Até hoje, na União Soviética, de Lenin a Gorbachev, ainda não houve espaço para uma mulher ou um gay assumido ocupar a presidência ou algum dos cargos mais importantes. Nos Estados Unidos, de George Washington a George Bush, também ainda não houve um presidente do sexo feminino, negro ou homossexual assumido. A mesma exclusão observa-se também na história do Brasil: apesar das mulheres representarem mais da metade da nossa população, dos negros atingirem por volta de 40 por cento de nosso povo, dos gays e lésbicas chegarem a 15 milhões de indivíduos, nenhum dos representantes destas minorias chegou à presidência. A discriminação é tão clara e tão aberta que parece até utopia por parte das minorias desejar ver concretizados seus direitos de igualdade civil na sociedade.

A ideologia burguesa que discrimina gays e lésbicas é tão profunda que atinge até o raciocínio de alguns socialistas. Os cinco pilares que sustentam a ideologia conservadora, constituindo uma espécie de lavagem cerebral nas massas humanas podem ser identificados: o **primeiro** é a **Igreja** e a maior parte das religiões, que condenam os homoeróticos, descartando a possibilidade do indivíduo ser, ao mesmo tempo, moralmente honesto e homossexual.

O **segundo** pilar é a **escola**, que ignora e censura, sistematicamente, a presença da homossexualidade na história humana e em todas as sociedades. Se um dia a disciplina Educação Sexual for de fato implantada em nossas escolas, apenas meio tabu será quebrado, pois ainda continuará a se condenar, nas salas de aula, a homossexualidade, preconceitosamente rotulada como prática anormal e execrável. O **terceiro** pilar são os **meios de comunicação**, rádio, TVs, jornais que censuram a temática homossexual enquanto exibem cenas de violência extrema. O **quarto** pilar de repressão anti-gay é a **família**, que mantém a mesma constituição burguesa e patriarcal há milênios, castradora e neurotizante. A existência de um tipo de organização doméstica dife-

rente- dois homens vivendo juntos, ou duas lésbicas, criando filhos adotados- é considerado uma ofensa aos valores sagrados da tradição burguesa, e motivo até de repressão. O **quinto** e último pilar que sustenta a ideologia anti-homossexual é o **Estado**, seja ele baseado na livre iniciativa, seja na socialização dos meios de produção: neste particular eles estão de acordo, pois elaboram leis e códigos que condenam e castigam as práticas homoeróticas, colocando a polícia e demais forças de repressão em constante alerta para punir gays e lésbicas como se fossem delinquentes, criminosos perigosos que merecem ser exterminados como se fossem baratas, "limpando" a sociedade nazi-fascista.

Os homossexuais não são doentes, criminosos, sujos ou imorais: gays e lésbicas são cidadãos que devem ter os mesmos direitos de cidadania respeitados por todos, pois amar o próprio sexo é um direito humano fundamental tão legítimo, normal e saudável quanto o amor ao sexo oposto, ou a ambos os sexos. A ditadura heterossexista é tão cruel e desumana quanto a opressão das massas pela burguesia.

Homossexuais de todo o mundo, uni-vos !

Joel Gustavo
Grupo Gay da Bahia

1º CONGRESSO NACIONAL DO PT

Socialismo e estratégia

À tese-guia escolhida pela maioria dos delegados ao 1º Congresso- e proposta pela Articulação- foram incorporadas diversas emendas. Aqui estão destacados os principais pontos das resoluções e as emendas mais polêmicas do Congresso sobre socialismo e estratégia. A íntegra das resoluções será publicada pelo Diretório Nacional.

O que desabou no Leste

59-O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças de país para país, bebeu direta ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e experiência histórica posterior e também com contradições com aquelas mesmas fontes teóricas. (Emenda 40).

A Revolução Russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas; o seu isolamento internacional, em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional; a destruição massiva do país e suas consequências sociais; a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no plano da democracia política, o crescente poder no novo Estado e no Partido, com ele imbricado por uma nova burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle, etc. Este processo- que deriva de circunstâncias "objetivas" que não podem ser subestimadas é, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder- teve como resultado global uma verdadeira contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética. Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só país, fundado na estatização dos meios de produção sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização- em verdade, a nega-

ção- do marxismo e sua transformação em ideologia de estado; uma idéia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção.

Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores: a revolução chinesa, iugoslava, vietnamita, ou mesmo, ainda que em menor grau, a cubana. (Emenda 37).

75-Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca hoje para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas é a de **impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático.** Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não há qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais. (Emenda 43).

O PT e a ditadura do proletariado

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concre-

tizado em todos os países do chamado socialismo real. Mais do que a mera afirmação retórica de uma idéia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos, enfim, em toda a ação cotidiana de cada petista. Afinal, "democracia para nós é, simultaneamente, meio e fim". Dizer isso implica em recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores. O PT recusa-se a pensar o futuro da sociedade de acordo com padrões absolutistas e a-históricos. Em nossa concepção de socialismo, não há lugar para a noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões. O socialismo, para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais- com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos- e não um ilusório ser humano perfeito, que não é outra coisa senão a negação do ser humano. Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento. O PT entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a intenção de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite de fato uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas

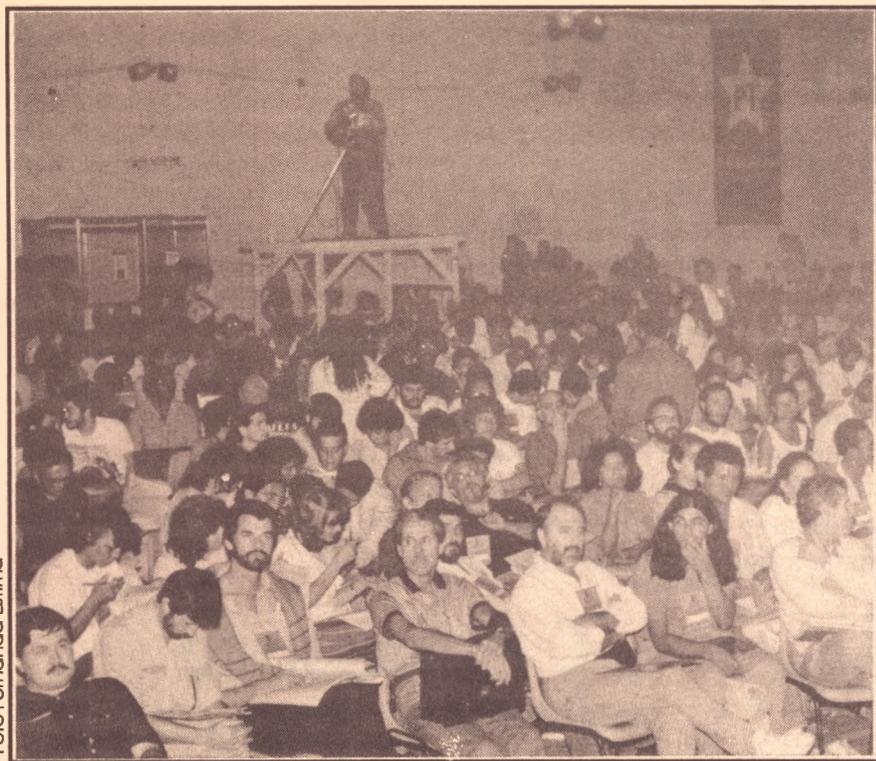


Foto Fernanda Estima

motivo também para rechaçarmos a chamada "pluralidade para os partidos operários", ou seja, "para quem pensa como nós", que, historicamente, só pode levar a uma forma de ditadura. (Emenda 48)

O PT e o mercado

91- A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do stalinismo, típica do "socialismo real" (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece necessariamente o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando dessa forma a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a

sociedade esteja organizada de modo a poder interferir decisivamente na definição política e econômica. (Emenda 57) O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado como espaço social de troca por decreto. O mercado sob o controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que historicamente possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.

O PT e a social-democracia

92- Ao rejeitar o "socialismo real", o PT é muitas vezes chamado a definir sua posição frente à social-democracia, corrente política com a qual continuaremos mantendo um relacionamento político aberto, franco, crítico e independente (Emenda 58). Reiteramos aqui o que já definimos em vários de nossos Encontros Nacionais: o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira.

95- A proposta social-democrática obteve relativo sucesso nas décadas que se seguiram à Se-

gunda Guerra Mundial, quando a burguesia europeia - apossada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista - foi obrigada a aceitar importantes reivindicações políticas e sociais. À medida, contudo, que se consolidava o "estado de bem estar social", a social-democracia ampliava seus compromissos com a ordem internacional patrocinada pelos Estados Unidos - a exemplo do que ocorreu na recente guerra do Golfo. Finalmente sucumbiu à ofensiva neo-liberal, suprimindo - na França e na Espanha - conquistas históricas das classes trabalhadoras. Hoje podemos dizer que a social-democracia não apenas perdeu a referência socialista como também mostra-se incapaz de sustentar sua proposta de Estado-de-bem-estar social, imerso na crise fiscal e na regressão política. Cabe ressaltar, também, a apatia e a omissão da social-democracia com o crescente movimento racista em toda a Europa. (Emenda 60).

O PT e a conquista do poder

99- Para o PT, a conquista do poder político não começa nem termina, e tão pouco se reduz simplesmente à clássica representação simbólica da "ocupação do palácio governamental". Se não visualizamos a conquista do poder como um "assalto ao Estado", tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste europeu.

100- Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que esta país necessita, se quiser superar o modelo

excludente que o caracteriza desde a origem.

101- Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o "status quo" vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas.

102- No Brasil, a burguesia administra o gigantismo do complexo econômico nacional e do aparelho de Estado, lançando mão de inúmeros esquemas de dominação. A violência dos assassinatos no campo e das ocupações de fábricas por tropas do Exército se combina com as sofisticadas técnicas persuasivas da Rede Globo e de centenas de outros meios de comunicação, ou mesmo com a abertura de algumas fatias do aparelho estatal à presença de forças populares. Tal estratégia de dominação - baseada ainda no recurso constante a golpes militares e no desprezo à democracia e à legalidade que formalmente a burguesia diz tanto prezar - só pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva de disputa de hegemonia que não se deixe seduzir por nenhum tipo de ilusão do espírito democrático de nossas elites. Na linha do que foi estabelecido pelas resoluções de vários Encontros Nacionais do Partido, o socialismo que almejamos supõe a construção democrática de uma maioria disposta a construí-lo na sociedade. Mas o PT entende como legítima a auto-defesa contra as violações do direito à vida e à cidadania, bem como o direito de rebelião dos povos contra a tirania, internacionalmente reconhecido, inclusive em resoluções das Nações Unidas.

A numeração dos parágrafos corresponde à numeração original das resoluções. Os trechos em destaque são da tese guia e as emendas incorporadas estão identificadas entre parênteses. As emendas 43 e 37 foram incorporadas ao texto a partir de acordo com os proponentes das Teses 9 e 10. A emenda 48, proposta pela tese "Um Projeto para o Brasil", foi aprovada por votação em plenário.

GRINGO?

Pesquisa Cembrec revela:
-99% dos delegados internacionais sentem-se em casa no Congresso do PT.
- 1% não.

O bom humor do 1º Congresso

Um dos pontos mais frequentados do Pavilhão Vera Cruz era o balcão do cafezinho. Não tanto pelo café, mas pelo mural que a criatividade petista instalou por lá. De hora em hora, o instituto CEMBREC- até agora ninguém sabe o que sigla significa- divulgava o resultado da pesquisa "PT Mostra Tudo". "Estatísticas", charges e "citações"- que reproduzimos aqui- tomaram conta do canto direito do plenário do 1º Congresso. Aos anônimos intérpretes do bom humor petista, a homenagem do Boletim Nacional.

Uma borboleta me disse:
Ninguém diz, aqui no Congresso, uma frase simples: "Nos erramos". Mas só se ouve: "O PT errou".
Conclusão: o PT é o partido que tem mais alter-ego. Daí que não sabemos fazer auto-crítica, só alter-crítica.

Tendenciosas

1- Calcula-se que uma das tendências gastou, na preparação desse Congresso:

- 2 dias redigindo teses.
- 4 dias preparando emendas.
- 45 dias preparando-se fisicamente.
- 50 dias ensaiando palavras de ordem, hinos e versinhos.
- 40 garrafas de 51.

2- Calcula-se que a tendência majoritária:

- Gastou em média 400 carretilhas de linha de costura por semana.
- Encomendou 700 tubos de cola super-bonder para os 4 dias de Congresso.

E, ao final:

- Descobriu que é majoritária dentro do PT, mas não é majoritária dentro dela mesma.

Observação de Athos Pereira:

"Quando o PT for governo a Voz do Brasil vai ter ruído".

A pesquisa que o povo lê

PeiTudo nº 5

O 1º Congresso do PT:

- Usa 2.200 cadeiras (sem contar as cadeiras cativas dos capa-pretas).
- Produz um caminhão de lixo por dia, que é todo jogado fora, quando seria 100% reaproveitável (reciclável).
- Produziu ontem (sexta-feira) uma média de 53 emendas por hora (quase uma por minuto).
- Tem 912 delegados que não escovam os dentes depois do almoço.

Pesquisa da Cembrec PT Mostra Tudo

PeiTudo nº 6

Dos delegados do 1º Congresso:

- 1% tem cavalo de raça
- 8% têm cavalo de roça
- 75% têm cachorro
- 18% têm gata
- 7% têm gorila
- 2% têm jararaca
- 1% tem pulga
- Todos têm algum grilo.

E mais:

- 70% dos delegados pensam que Adão Preto é um baita negro
- 60% pensam que Hélio Bicudo é tucano
- 30% pensam que Eduardo Suplicy é sócio das Indústrias Matarazzo.



ILUSTRAÇÃO: W.

O PT passou no único teste da modernidade deste Congresso:

70% votaram a favor da emenda do mínimo de 30% de mulheres nas direções.

Dos que votaram contra:

- 1,5% agora querem discutir.
- 2,5% dizem que agora é que as mulheres serão discriminadas.
- 2,0% não votaram porque a DS incorporou.
- 3,5% não votaram porque a CS apoiou.
- 4,0% não votaram porque não está no programa de transição.
- 3,5% não votaram porque não há cotas para machistas.
- 1,5% não votaram porque não possuem o "produto acabado" para reservar o mercado.
- 2,5% não votaram porque Genoíno votou.
- 2,0% não votaram porque isso não pode acontecer no capitalismo.
- 2,0% não votaram porque isso consta do Partido Social-Democrata do Haiti.
- 1,5% não votaram porque vão perder seus cargos para as mulheres.
- 1,5% porque são mulheres dirigentes e querem ser as únicas.

Obs: Muitos que não votaram vão recorrer ao 2º Congresso do PT.

Dos que votaram a favor:

- 2% votaram útil porque querem ganhar sempre.
- 2,5% votaram porque o Congresso não tem creche.
- 1,5% votaram porque têm aquilo roxo.
- 0,5% votaram porque Augusto de Franco não votou.
- 2% votaram porque pega mal votar contra.
- 1,5% votaram porque se convenceram com as argumentações contrárias.

90% votaram porque pra ser socialista tem que ser feminista.

Ombudsman

A ÚLTIMA DE VLADIMIR PALMEIRA:

"Este Congresso do PT está quase tão bem organizado quanto o de Ibiúna".

PEITUDO PÁRA DE CIRCULAR:

E a sede da Cembrec é fechada

Atendendo às decisões do 1º Congresso do PT, pela aprovação da Emenda 23, o jornal PeiTudo, órgão de divulgação horário (de hora em hora) da Pesquisa PT Mostra Tudo deixa de circular a partir de 1º de dezembro.

Razões de fato, de direito e de cagaço:

Além do motivo legal acima esclarecido, a Cembrec fecha sua gráfica e sede, e deixa de publicar o PeiTudo a partir da próxima hora, pelo fato de que defende o direito de tendência majoritária mandar nas outras.

Outrossim, as medidas foram agilizadas antes que o companheiro Zé Dirceu em pessoa as fizesse executar através do seu cumprá-se. Pedimos desculpas aos leitores que nos apreciam por termos usado do livre direito de expressão. Acabamos!

Confusões petistas:

- 70% dos petistas pensam que Paulo Delgado é um ex-fazendeiro.
- 90% pensam que Pedro Pontual nunca atrasa.
- 92% acham que Aloizio defende o mercado porque é Mercadante.
- 45% pensam que Raul Pont mora na beira do Guaíba.
- 50% acham que Ivan Valente é muito macho.
- 50% acham que Kátia Valente é que é peituda.
- 25% pensam que Elói Pietá é o autor de uma famosa escultura.
- 35% acham que Augusto de Franco é muito sincero.
- 30% acham que a Nova Esquerda é genuinamente a direita.